

SÉRIE DOCUMENTOS MUSEOLÓGICOS Nº 6

cuidando da vida

Relatos da vacinação contra a covid-19 no Museu da República

MÁRIO CHAGAS
RENATA DE SÁ GONÇALVES
SIMONE PONDÉ VASSALLO
(orgs.)



SÉRIE DOCUMENTOS MUSEOLÓGICOS Nº 6

cuidando da vida

Relatos da vacinação contra a covid-19 no Museu da República

MÁRIO CHAGAS
RENATA DE SÁ GONÇALVES
SIMONE PONDÉ VASSALLO
(orgs.)



INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram)

Presidente
PEDRO MACHADO MASTROBUONO

MUSEU DA REPÚBLICA

Direção
MARIO DE SOUZA CHAGAS

Coordenação administrativa e financeira
HEITOR AUGUSTO OLIVEIRA PENCHEL

Coordenação Técnica
LIVIA MURER NACIF GONÇALVES

Núcleo de Arquitetura e Urbanismo
ANA CECÍLIA LIMA SANT'ANA

CUIDANDO DA VIDA: relatos da vacinação contra a covid-19 no Museu da República

Coordenação editorial
MARIO CHAGAS
RENATA DE SÁ GONÇALVES
SIMONE PONDÉ VASSALLO

Fotos
OSCAR LIBERAL (*todas as páginas exceto pg. 110*)
ESTEFAN RADOVICZ (*pg. 110*)

Ilustrações adaptadas do fanzine “À flor da pele, uma agulha” de
VALENTINA SILVEIRA NETTO

Revisão
CLARISSA PENNA

Programação visual
HENRIQUE MILEN VIZEU CARVALHO



Onde as
coisas
se
Contaminam
...



Agente de saúde
preparando a aplicação
da dose no interior do
Palácio do Catete

Sumário

Uma etnografia da vacinação no Museu da República

Mario Chagas, Renata Gonçalves e Simone Vassallo  9

Vacinação no Museu da República: um caminho de afetos

Mariana Vasconcelos Freitas Abreu de Moraes  39

Seringa vazia, dose administrada: a vacinação no Museu do República como um rito de passagem

Júlia Viana Palucci  50

“Documento, por favor”: números e impressões das coletas de dados na vacinação contra Covid-19 em mesas de escribas

Valentina Silveira Netto  64

Narrativas imperfectivas e experiências abertas entre tempos pan/sindêmicos

Cairo Prado de Carvalho  75

Etnografando a etnografia: relatos dos primeiros encontros

Monica de Souza Costa Soares



90

Entrevista com Marcia Mattos



102

**Depoimento de Maria Helena Carneiro de Carvalho,
coordenadora de Saúde da Zona Sul**



109

Duas doses de ciência

Gledson V. da S. Machado e Leandro L. S. Guedes



112

Quem fez esta publicação



124



Covid-19

02	OUTRAS VACINAS
pp. 3 ec	
lt 2H3384	
000 03.11.21	
(R)	
	08.12.21

Vacina
COVID-19

Pilose
F. DCE

109/2021

Data

FF8845

Vol. 12/21

Vacina

Uma etnografia da vacinação no Museu da República

Mario Chagas
Renata Gonçalves
Simone Vassallo

A presente publicação é fruto de questionamentos, inquietações e iniciativas que ocorreram tão logo a pandemia de Covid-19 foi identificada e anunciada pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020. O anúncio da pandemia, seguido de sua concretude e evidências materiais, transformou radicalmente as formas de existir das pessoas e das instituições. Como sabemos, não apenas as pessoas tiveram o seu cotidiano drasticamente alterado, mas também os diferentes ambientes públicos e privados. Como não poderia deixar de ser, essa situação dramática impactou profundamente as instituições de preservação da memória. Por medida de prevenção e medo de contaminação e de adoecimento causados por um vírus ainda pouco conhecido, seguiram-se as recomendações das autoridades sanitárias. Os locais públicos se fechavam e todos se recolhiam à esfera privada.

Diante da excepcionalidade desse momento, propomos aqui algumas indagações sobre as possibilidades de (re)existência¹ dos museus e pontos de

¹ Termo inspirado no ciclo de webinários “Patrimônios, museus e (re)existências”, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia durante o ano de 2020.

memória. As reflexões que se seguem são norteadas pelas seguintes questões: Como a pandemia afetou e impactou esses locais? Qual o papel de um museu durante uma pandemia? Como garantir a vida em um museu nesse contexto? Procuramos chamar a atenção para a relevância das investigações sobre a atuação dos museus e pontos de memória nesse momento singular.

Há 50 anos, em 1972, a Mesa Redonda de Santiago do Chile sobre o papel dos museus na América Latina levantava a questão da função social dos museus. Pela primeira vez, discutia-se o papel dos museus em países com altos índices de analfabetismo, mortalidade infantil, injustiça social; além de temas como urbanismo, educação permanente, relação entre mundo urbano e rural etc. Em meio à ascensão das ditaduras militares na América Latina e da defesa de pautas desenvolvimentistas, durante um governo chileno ainda democrático,² surgia um novo entendimento e um novo compromisso das instituições museais. Tal iniciativa deu origem ao que veio a ser chamado de nova museologia, que, ao longo do tempo, ganhou novas configurações e desembocou na denominada museologia social.

Algumas semelhanças podem ser traçadas a partir desses contextos sociais distintos. Dentre elas, na atualidade, vimos surgir uma nova onda de governos autoritários na América Latina, acompanhada de inúmeros efeitos perversos do recrudescimento da pauta desenvolvimentista. Destacamos as alterações ambientais que propiciaram a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre os humanos e a propagação da pandemia de Covid-19. Em meio a um novo contexto de violência física e simbólica que ameaça a existência em suas múl-

² O golpe militar no Chile, que derrubou o governo democrático do presidente Salvador Allende, ocorreu em setembro de 1973.

tiplas formas, agredindo meio ambiente, mulheres, moradores de periferias, minorias étnico-raciais, religiosas e fora da heteronormatividade, entendemos que um museu deve ser um espaço de reflexão e de ação voltado para o cuidado, a preservação e a manutenção das vidas.

De acordo com Mario Chagas, atual diretor do Museu da República³ e um dos organizadores e autores desta publicação, “um museu que não serve para a vida não serve para nada”, ou, ainda, “um museu que não cuida da vida não cuida de nada”. Nesse sentido, referindo-se ao contexto da pandemia, ele indaga: “Qual o compromisso de uma instituição cultural como o Museu da República com a saúde, a produção da felicidade e o cuidado social?”. Estava lançado o desafio para o Museu da República exercer a sua função social, contribuindo para a preservação da vida durante o contexto de crise sanitária, ambiental e política.

Essas colocações apontam para a existência de uma íntima relação entre museu, saúde e cultura que precisava ser reelaborada e evidenciada nas ações do Museu da República. E foi a partir desses questionamentos e da defesa dos valores mencionados acima que, em 25 de fevereiro de 2021, o Museu da República, depois de ter sido fechado para o público, se abriu para a vacinação contra a Covid-19, tornando-se o primeiro museu do país a realizar tal feito. Mas as

³ Inaugurado no dia 15 de novembro de 1960 no Palácio do Catete, sede da Presidência da República no período de 1896 a 1960. O Palácio de Nova Friburgo, atual Palácio do Catete, foi construído entre 1858 e 1867, pelo Barão de Nova Friburgo, que, na segunda metade do século XIX, detinha uma das maiores fortunas do Brasil imperial. Para todos os efeitos, quando mencionamos a expressão Museu da República, estamos nos referindo a um complexo museológico composto por Palácio do Catete, Jardim Histórico, Reserva Técnica, Galeria do Lago, Cinema, Coreto, Parquinho, Anexos I e II e outras edificações.

ações do Museu da República em defesa da vida e de uma museologia socialmente engajada foram além e englobaram outras atividades durante a pandemia. Elas iluminam o poder e a potência dos museus⁴ em sentidos que não foram originalmente traçados, em direções nem sempre previstas. A exposição da artista feminista Panmela Castro,⁵ a chegada dos objetos da campanha “Liberte o nosso sagrado”, a atenção em relação à vulnerabilidade dos funcionários terceirizados, o cuidado com os frequentadores das serestas e do jardim do museu, os projetos realizados remotamente, e outros, fazem parte das muitas ações realizadas durante a pandemia visando à manutenção das vidas no seu mais amplo espectro.

Foi também nesse contexto que se desenvolveu o projeto “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”, com o intuito de registrar e acompanhar de perto esse momento excepcional, em diálogo com múltiplas perspectivas: dos agentes de saúde, do público que vinha se vacinar, dos funcionários do museu (servidores públicos e terceirizados) e dos frequentadores do jardim. O projeto reuniu integrantes do Museu da República, do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia e docentes e discentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal

4 “O poder dos museus” foi o tema do International Council of Museums (ICOM) para o Dia Internacional dos Museus em 2022.

5 Artista e ativista carioca, nascida no dia 26 de junho de 1981. Entre 2005 e 2015, adotou o pseudônimo de Anarkia Boladona. Seu trabalho é contundente do ponto de vista poético e político. Os temas dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e do combate ao racismo estrutural têm centralidade em sua obra. No Museu da República, a artista desenvolve projetos de referência desde 2018, como é o caso do programa AfroGrafiteiras, promovido pela Rede NAMI.

do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foram produzidos registros escritos e audiovisuais que deram origem à presente publicação.

O relato que segue procura apresentar a experiência do Museu da República e de outras instituições de memória durante a pandemia, tocando em questões profundas e centrais para uma tentativa de superação das dificuldades impostas pela excepcionalidade do momento.

O fechamento do museu ao público – à guisa de um caderno de campo

O Museu da República, situado no bairro do Catete, entre a zona sul e o centro da cidade do Rio de Janeiro, foi fechado ao público em virtude da pandemia provocada pelo denominado coronavírus (Covid-19) em 16 de março de 2020.

Fechar o Museu da República e todos os seus serviços, depois de dois anos de grande movimentação cultural, não foi uma decisão fácil. Ao contrário, envolveu tensões, conversas, escutas, planejamento tático e estratégico. Dias antes, em 7 de março, a artista Panmela Castro realizou, no Salão Nobre do Palácio do Catete (segundo pavimento), um baile aberto ao público. Ali casais dançaram pisoteando flores. Tratava-se de uma grave denúncia contra o feminicídio e a violência doméstica. Por meio de uma *performance* poética contundente, a artista parecia dizer: por mais que falanges machistas digam que “nas mulheres não se bate nem com uma flor”, elas continuam sendo pisoteadas, estupradas e mortas. No dia seguinte, a artista inaugurou, no mesmo Palácio do Catete (primeiro pavimento), a exposição *Retratos e relatos*, com a curadoria de Keyna

Eleison. A exposição tratava da defesa radical dos direitos das mulheres e do combate também radical do feminicídio. Foi preciso conversar com a artista e com a sua equipe de produção cultural sobre o fechamento do museu. Mesmo lamentando fechar a exposição oito dias após a sua abertura, a artista e sua equipe foram completamente solidárias.

No entanto, fechar o Palácio do Catete à visitação parecia ser uma decisão mais simples do que fechar o Jardim Histórico. Situação mais difícil foi enfrentada com os frequentadores diários do jardim do museu e com os auto-denominados seresteiros.⁶ No dia 16 de março, mesmo tendo decidido fechar o museu, a direção viu-se na obrigação de manter o jardim aberto e fazer uma peregrinação, de banco em banco, de grupo em grupo, para dizer: “a partir de amanhã o Jardim Histórico do Museu da República vai fechar”. As reclamações foram muitas, mas não havia como ceder. O grupo dos seresteiros insistiu na importância da seresta, mas acabou aceitando o imperativo pandêmico. A essa altura, a direção do museu estava determinada e amparada em documentos que recomendavam o fechamento. Era preciso interromper as serestas, que até então não haviam sido interrompidas. Motivo: a proteção da saúde dos seresteiros. Posteriormente, a decisão viria a ser reconhecida como acertada, especialmente após a morte de Mestre Rubinho do Violão, de J.G., de Lourdes Dardana, de Seu Filé e outros. Uma exposição sobre as serestas, denominada *Meu coração bate feliz*,⁷ foi inaugurada no dia 3 de novembro de 2019, e a intenção da equipe do Museu da República era mantê-la aberta ao público até julho de 2020.

⁶ Pessoas que, tradicionalmente, há 30 anos, se reúnem no jardim do Museu da República para tocar, cantar e, eventualmente, dançar.

⁷ Livro da exposição disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/publicacoes>

Fechar o Jardim Histórico sempre produziu tensões e embates com seus frequentadores. Em situações de greve, por exemplo, o jardim do Museu da República sempre foi um tema negociado à parte. Sempre foi mais fácil fechar o palácio do que o jardim, e os grevistas da área da cultura, em diversas situações, enfrentaram diretamente os frequentadores, negociando com eles, buscando atraí-los para as suas causas.

O cinema do museu tinha contrato previsto para o seu funcionamento até abril de 2020; o do café havia vencido recentemente. Não fazia sentido para a equipe do museu abrir outra licitação em tempos de pandemia. Com isso, os contratos de permissão onerosa de uso para efeito de prestação do serviço do cinema e do café foram suspensos.

A pandemia expôs as inúmeras desigualdades sociais, raciais e de gênero que perpassam a sociedade brasileira e também se expressam no Museu da República. Ela deixou clara a diferença entre as condições de trabalho dos servidores públicos concursados, em sua maioria brancos, não uniformizados, e cujos vínculos empregatícios não estavam ameaçados, e a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores terceirizados, uniformizados, em sua maioria negras e negros, de diferentes orientações religiosas e sexuais, submetidos à tensão entre estar prestes a perder seu trabalho e fonte de renda. Garantir a permanência desses profissionais no museu se tornou fundamental.

Outra situação enfrentada, com forte tensão potencial, dizia respeito aos funcionários. Era preciso fechar o museu ao público, mas, ainda assim, manter a sua vida ativa, pulsando. No dia 16 de março foi realizada reunião presencial com as equipes de segurança, limpeza, jardinagem, manutenção e recepção, in-

cluindo servidores públicos. A pauta dizia respeito às orientações gerais sobre a Covid-19, à higiene pessoal, ao cuidado de si e do outro e à construção de táticas e estratégias para a proteção das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, bem como de servidoras e servidores públicos, do Jardim Histórico, do Palácio do Catete e dos acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos. Desde essa reunião, ficou claro o caráter indispensável das equipes terceirizadas, que cotidianamente contribuem para a pulsação museal: sem elas, não seria possível cuidar, tratar e garantir a vida e a proteção do Museu da República durante a pandemia.

Ações de um museu em contexto de isolamento

Uma das primeiras ações da equipe de servidores do Museu da República, disponibilizada nas redes sociais ainda em março de 2020, foi a circulação de um vídeo de reconhecimento e valorização da equipe de terceirizados.⁸ Trata-se de um documento importante que, ao reconhecer a indispensabilidade das equipes terceirizadas (e isso não é pouco, e é bem raro), não deixa de trazer em seu registro uma clivagem de classe social e de raça.

Vale registrar também que a equipe de servidores do Museu da República, desde março de 2020, de acordo com os dispositivos legais do governo federal, foi dividida em duas partes: (1) servidores do grupo de risco – que passaram para o trabalho remoto –; e (2) servidores fora do grupo de risco – que passaram para o trabalho híbrido, parte a distância e parte presencial.

⁸ Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/museudarepublica/videos/227897895027990/>.

O ano de 2020 trouxe um conjunto de novos problemas e de novas abordagens. O Museu da República e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), como um todo, não estavam preparados para lidar com as demandas do trabalho remoto e do trabalho híbrido. Por conta própria, a equipe buscou se capacitar e também fez investimentos pessoais em aquisição de equipamentos eletrônicos, organização do tempo e do espaço, e mais, a partir de março de 2020, a equipe de servidores passou a trabalhar num sistema de rodízio, com múltiplas combinações, variando de setor para setor.

Uma ideia (entre tantas outras) disseminou-se entre a equipe do Museu da República: era preciso, ao lado da campanha #fiqueemcasa, não perder os vínculos com os museus, com as experiências e as imaginações museais. Para isso, pareceu adequado sublinhar as relações entre a experiência da casa e a experiência dos museus. A casa também pode ser lida na clave do museu e o museu, na clave da casa. Foi assim que, dentre as diversas experiências que ocorreram durante o longo primeiro semestre de 2020, se destacaram dois projetos no setor educativo: “Palavra bordada” e “A reinvenção da infância”.

O primeiro foi delineado em março e teve início em abril de 2020. Pouco mais de 20 mulheres espalhadas pelo Brasil participaram, sob a coordenação de Christine Azzi, de oficina de bordado que, de modo sensível, buscava identificar entre as participantes uma palavra ou expressão síntese do atual momento. Os encontros foram tão potentes que construíram relações de amizade, produziram uma publicação⁹ e continuam gerando e germinando novas parcerias, conversações e criações.

9 Publicação disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/publicacoes>

O segundo projeto, denominado “A reinvenção da infância: criando brinquedos e histórias”,¹⁰ divulgado a partir de maio e junho e realizado no mês de julho sob a dupla coordenação de Ana Paula Zaquieu e Christine Azzi, teve por objetivo reviver a experiência da infância em tempos de profundas transformações e contribuir para a tomada de consciência acerca da valorização das relações diretas entre as crianças e seus responsáveis – mães, pais, avós, avôs e familiares. Em momentos de crise, mas não apenas, a arte, a ciência, a história, a memória e a filosofia são chaves para acessar a imaginação e a razão, e contribuir com novas possibilidades de ler o mundo.

Outro acontecimento definitivo e marcante na trajetória do Museu da República foi a chegada dos objetos das religiões de matriz afro-brasileira que compõem a coleção *Nosso sagrado*. Trata-se, a rigor, de um expressivo conjunto de objetos sagrados que foram saqueados, confiscados e roubados durante batidas policiais ocorridas em locais de cultos entre 1890 e 1946. Eles foram recuperados depois de muita luta e de muitas batalhas travadas por lideranças religiosas do Rio de Janeiro, entre as quais se destacam: Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Palmira, Pai Roberto Braga (Tata Luazemi), Mãe Nilce de Iansã, Pai Mauro de Oxóssi, Pai Adailton de Ogum, Mãe Flávia, Pai Thiago e outras tantas lideranças religiosas, pais e mães, filhos e filhas de santo. Depois da campanha bem-sucedida e denominada “Liberte nosso sagrado”, a coleção, composta por objetos que estavam no Museu da Polícia Civil, foi transferida para o Museu da República durante o auge da pandemia, no dia 21

¹⁰ Material de divulgação disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/setor-de-educacao-abre-inscricoes-para-o-novo-projeto-a-reinvencao-da-infancia-criando-brinquedos-e-historias/>.

de setembro de 2020.¹¹

Naquele 21 de setembro comemorava-se também o Dia da Árvore e a abertura da 14ª Primavera dos Museus, cujo tema, proposto pelo Ibram, era: “Mundo digital: museus em transformação”. O foco do Museu da República naquele momento inclinava-se para o eixo das transformações, indicado no subtítulo.

Por mais propícia que tenha sido a data, convém registrar que no dia 17 de setembro de 2020 a direção do Museu da República recebeu a informação de que a embalagem dos objetos estaria concluída no fim da tarde do dia seguinte, ou seja, no dia 18 de setembro, numa sexta-feira. Havia muita urgência em retirar o acervo do depósito do Museu da Polícia Civil, os recados e mensagens que chegavam para a equipe do Museu da República diziam: “sejam rápidos, não se demorem”. Com a indicação de que os objetos sagrados estariam todos devida-

11 Trata-se de uma coleção composta por 519 objetos sagrados de religiões de matriz afro-brasileira confiscados durante batidas policiais ocorridas nas primeiras décadas do Brasil republicano, num momento em que essas práticas religiosas eram criminalizadas e perseguidas, com base no Código Penal de 1890, ainda que as perseguições contrariassem a Constituição de 1891. Não há nenhum documento, até agora conhecido, que deponha contra a convivência da Presidência da República com as práticas de perseguição e racismo religioso. Desse conjunto de objetos, 126 foram tombados em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como “Coleção Museu da Magia Negra”, evidenciando o preconceito religioso. Durante praticamente um século eles ficaram sob a vigilância e a guarda da Polícia Civil. Para fazer face a essa situação, lideranças religiosas lutavam há muito tempo pela libertação da coleção. Por fim, em 2017, criaram o movimento “Liberte o nosso sagrado”, com o intuito de denunciar o preconceito e o racismo religioso que o confisco dos objetos evidenciava e retirá-los definitivamente da tutela da Polícia Civil. Depois de décadas de reivindicações e tensas negociações, em decisão histórica, foi acordado que a coleção seria transferida para o Museu da República. Por orientação das lideranças religiosas diretamente envolvidas, ao chegar ao Museu da República, a coleção passou a ser denominada *Nosso sagrado*.

mente embalados no dia seguinte, a direção do Museu da República fez contato telefônico com Mãe Meninazinha¹² e perguntou: “Senhora Mãe Meninazinha, amanhã, por volta das 17h00 ou 18h00, todos os objetos sagrados estarão embalados e prontos para o transporte. O que a senhora recomenda, podemos fazer o transporte?”. E ela respondeu de modo doce, delicado e firmíssimo: “Não! O *Nosso sagrado* não deve sair de lá à noite. Ele deve sair de manhã, durante a luz do dia”. E assim foi feito, ainda que essa decisão implicasse a permanência da coleção no Museu da Polícia Civil por mais três dias, incluindo um fim de semana, e que isso, por sua vez, implicasse correr alguns riscos.

No dia 21 de setembro, por volta das 12h00, o *Nosso sagrado* chegou ao Museu da República. Uma bela cerimônia de recebimento foi realizada, as lideranças religiosas se organizaram e construíram uma ritualística singular e adequada para o momento e para a situação. No dia 19 de setembro Mario Chagas foi internado com Covid-19 e, por isso, ainda que tenha participado, junto com as lideranças religiosas, da construção de toda a ritualística, não estava lá durante a chegada física do *Nosso sagrado* ao Museu da República. Em suas próprias palavras, “o *Nosso sagrado* entrou no Museu da República contando com o meu apoio, mas também entraria à minha revelia”.

Até hoje, a chegada do *Nosso sagrado* ao Museu da República causa surpresas e propõe questões: como foi possível, no auge da pandemia, num dos momentos políticos mais conservadores, com alto nível de perseguição às religiões de matriz afro-brasileira e manifestações explícitas de racismo religioso, receber o *Nosso Sagrado* no Museu da República? Talvez, se perguntássemos isso para Mãe Meninazinha, ela iria sorrir e apontar o sorriso e as mãos para os Orixás. Ainda assim, queremos sugerir que estudar esse caso, do ponto de vista histórico, político, antropológico, museológico (inter, multi, trans e indisciplinar), vale a pena. Estudar as táticas e estratégias adotadas e aperfeiçoá-las é um

12 Yalorixá Mãe Meninazinha de Oxum, uma das principais lideranças religiosas envolvidas no movimento de recuperação dos objetos religiosos.

bom desafio.

O filme *Respeita nosso sagrado*,¹³ realizado pela Quiprocó Filmes, no âmbito do Museu da República e com apoio do Instituto Ibirapitanga, lançado no dia 20 de novembro de 2020, registra com sensibilidade e potente poética a transferência do *Nosso sagrado* para o museu. Os testemunhos das lideranças religiosas são emocionantes.

Ao longo dos anos de 2020 e 2021 foram realizadas muitas *lives*,¹⁴ encontros, videoconferências, webinários, exposições e projetos virtuais em torno dessa coleção. A chegada do *Nosso sagrado* ao Museu da República teve muita reverberação.

Além disso, a atuação dos denominados museus sociais foi bastante forte, focalizada e assertiva. É importante registrar que, além do que foi citado, os denominados museus sociais, tais como o Museu da Maré, o Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó, o Museu Vivo de São Bento, o Museu das Remoções e o Museu de Favela, por exemplo, se mantiveram abertos, articulados, trabalhando e atendendo às demandas das comunidades locais. Citamos apenas dois exemplos, dentre as inúmeras e fundamentais iniciativas:

- 1) *Museu da Maré* ¹⁵ – Por conta da pandemia, o museu foi parcialmente fechado à visitação pública, mas foi mantido aberto para múltiplas outras atividades. Dentre elas, destaca-se a iniciativa criada

13 Premiado com Menção Honrosa no 46º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PkgzAUEWwM0>.

14 Diálogo (live) entre Panmela Castro e o diretor do Museu da República disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BPGyW9cTYN4>.

15 Museu comunitário localizado na Favela da Maré, no Rio de Janeiro.

por moradores e denominada Frente de Mobilização da Maré contra a Covid-19, que, entre abril de 2020 e setembro de 2021, realizou mais de 80 *lives* e distribuiu mais de 35.500 cestas básicas. Em tempos de pandemia, o museu transformou-se em exemplo de solidariedade, resistência e luta.

2) *Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó*¹⁶ – Durante a pandemia, teve fortíssima atuação. Entre abril de 2020 e setembro de 2021, distribuiu pelo menos 6 mil ovos de Páscoa e 11 mil cestas básicas, envolvendo 11 instituições, 40 lideranças comunitárias e impactando pelo menos 55 mil pessoas. A equipe do museu, que participou de mais de 20 *lives* e funcionou como ponto de orientação e informação, está convencida de que contribuiu para a redução da transmissão do coronavírus. A rigor, o museu não fechou.

O próprio Museu da República, seguindo as pistas dos museus sociais e comunitários, distribuiu cestas básicas (em escala bem menor) para os guias de turismo, em parceria com a Liga Independente dos Guias de Turismo/RJ (Liguia). Somando os anos de 2020 e 2021, foram distribuídas 2 mil cestas básicas, com a parceria de empresas da área do turismo. O Museu da República ainda contribuiu com a organização de *tours* colaborativos, propiciando especialmente apoio para o desenvolvimento de outras visões de mundo.

Em diálogo aberto

No âmbito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e especifica-

¹⁶ Museu comunitário localizado na comunidade do Catiri, em Bangu, Rio de Janeiro.

mente do seu Comitê de Patrimônios e Museus, destacou-se, durante o ano de deflagração da pandemia, o ciclo de webinários denominado “Patrimônios, museus e (re)existências”, que convidou lideranças negras e indígenas e também de museus comunitários, de religiões de matriz africana, de festas populares, dentre outras, para relatar suas experiências durante a excepcionalidade da pandemia. Os encontros eram mediados por antropólogos, ocorreram quinzenalmente durante o ano de 2020 e foram transmitidos pelo canal do YouTube da TV ABA. No ano de 2021, o comitê deu continuidade ao formato de conferências remotas transmitidas ao vivo promovidas pelo mesmo canal. Um novo ciclo de oito webinários foi realizado entre maio e dezembro de 2021, dando continuidade ao debate amplo entre antropólogos, museólogos e a sociedade civil. Do conjunto, destacamos o denominado “Museus, acessibilidade e inclusão em tempos de pandemia”, cujo debate esteve centrado nas diversas formas de atuação social dos museus no contexto de crise sanitária mundial. Desse webinário participaram integrantes do Comitê Deficiência e Acessibilidade/ABA, da Rede do Movimento Brasileiro de Vida Independente (Rede MVI-Brasil), do Icom Brasil, da Fiocruz, do Museu da República e do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, demonstrando a capilaridade e centralidade do tema.¹⁷

O museu e a vacinação contra a Covid-19

Em fevereiro de 2021 o Museu da República transformou-se em posto de vacinação contra a Covid-19. Essa foi uma decisão importante e de grandes repercussões. No momento em que os museus federais estavam, em sua maioria,

17 Webinários disponíveis em: www.youtube.com/tvaba.

radicalmente fechados, o Museu da República foi aberto ao público como um ponto especial de vacinação, como um ponto de memória da vacinação, como um ponto de cultura e resistência a favor da vacinação. A decisão não foi fácil e implicou conversas e ponderações com o Ibram, em Brasília. A ideologização do processo de vacinação pelo governo federal transformou o tema em arena de disputa política. Ao invés de conciliar a população e apoiar a vacinação, o governo federal polarizou e combateu a vacinação. Assim, a decisão de transformar o Museu da República em posto de vacinação também envolvia riscos políticos. Por isso mesmo, no dia de início da vacinação no museu houve tensão no eixo museal Brasília-Rio.

Qual foi o percurso, o caminho, para que o Museu da República se transformasse em um pioneiro ponto de (memória da)¹⁸ vacinação? O caminho passa pela denominada museologia social, referida na introdução deste texto.

Em 2007, Mario Chagas, na condição de professor e militante da museologia social, participou do Fórum Cultural da Favela da Rocinha e, especialmente, de um debate sobre a construção do Museu Sankofa – Memória e História, da Rocinha.¹⁹ Foi nessa ocasião que conheceu, entre outras pessoas, Antônio Firmino e Maria Helena Carneiro de Carvalho, moradores da Rocinha e militantes dos direitos humanos, culturais e sociais. A parceria entre os dois era e continua

18 Aqui o jogo de palavras tem o sentido de insinuar que se vacinar no museu produz marcas de memória e coloca em movimento, mais uma vez, os Pontos de Memória (disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf>), sugerindo que investigar a atuação dos Pontos de Memória durante a pandemia pode ser de grande relevância. O tema merece análises mais aprofundadas.

19 Museu comunitário localizado na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

sendo intensa: ele, com forte vínculo na área da cultura, do movimento negro e da geografia e ela, com forte atuação na saúde pública e nos movimentos sociais.

O encontro de 2007 gerou vínculos de amizade e parceria ancorados nas práticas e reflexões da museologia social. Foi assim que, em pleno sábado, no dia 22 de fevereiro de 2021, o diretor do museu recebeu uma ligação telefônica da senhora Maria Helena, na condição de coordenadora de Saúde da zona sul do Rio de Janeiro pela Secretaria Municipal de Saúde, procurando um espaço adequado para a vacinação contra a Covid-19. A conversa foi rápida e, de imediato, o museu foi oferecido como possível posto ou ponto de vacinação. Na segunda-feira seguinte foi realizada uma reunião de avaliação do espaço e das condições locais, contando, inclusive, com a presença do secretário de Saúde. A parceria foi firmada e, na quinta-feira seguinte (dia 25 de fevereiro de 2021), a vacinação foi iniciada no Museu da República. Para muitas pessoas, foi uma surpresa, mas, para os que acompanham o Museu da República nos últimos anos, era apenas a afirmação da função social do museu e a comprovação prática de que o museu deve servir à vida, deve cuidar da vida. Afinal, o museu que não serve para a vida não serve para nada; o museu que não cuida da vida não cuida de nada.

A decisão de transformar o Museu da República em ponto de vacinação teve repercussão local, nacional e internacional e produziu extraordinário impacto nas redes sociais e na mídia convencional, ainda que esse não tenha sido o seu objetivo e, muito menos, o seu interesse inicial. Vale ressaltar que o Museu da República se manteve como posto de vacinação, com um pequeno intervalo entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, até 08 de setembro de 2022.

Segundo informações de Maria Helena Carneiro de Carvalho, o Centro

Municipal de Saúde Manoel José Ferreira, instalado no Museu da República entre fevereiro de 2021 e setembro de 2022, foi o que mais aplicou vacinas em toda a zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Foram aplicadas no museu cerca de 262.471 (duzentas e sessenta e duas mil quatrocentas e setenta e uma) doses de diferentes marcas de vacinas contra a Covid-19. Como poderá ser observado na tabela abaixo, a vacinação no Museu da República ocorreu em três períodos: de 25 de fevereiro a 06 de novembro de 2021; de 19 de janeiro a 20 de abril de 2022; e de 26 de abril a 08 de setembro de 2022.

A vacinação no Museu da República colocou em pauta a função social dos museus e contribuiu para a atualização de um debate histórico. Se, em 1904, durante o governo do presidente Rodrigues Alves, o Palácio do Catete pôde testemunhar a Revolta da Vacina, na atualidade, em 2021 e 2022, foi possível testemunhar uma delicada e poderosa revolta a favor da vacina, apesar de todas as resistências, apesar de todo o negacionismo. Olhando em outra direção, é possível compreender que a vacinação no Museu da República esteve desde sempre em sintonia com os pressupostos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, que em 2022 completou 50 anos.

A rapidez das decisões, compreendendo inclusive a necessidade de não se perder um dia de vacinação, fez com que algumas ideias e propostas de projetos complementares precisassem de um tempo um pouco maior para serem colocadas em ação. Esses são os casos dos registros solicitados aos fotógrafos Oscar Liberal e Estefan Radovicz sobre a vacinação no museu, a partir de março de 2021, cujas fotos integram a presente publicação; o mesmo ocorreu com o cordelista Severino Honorato, que ofereceu um folheto de cordel denominado *Vacinação no Museu da República*, escrito em março, publicado em abril e lançado

em junho de 2021. Enquadra-se nessa mesma situação o início da formação de uma coleção de objetos referentes ao contexto histórico da pandemia, incluindo máscaras, jalecos do SUS, frascos e embalagens de vacina, material de propaganda das vacinas, material de crítica política e mais.

Na última quinzena de março, os professores Mario Chagas (Museu da República e UNIRIO), Renata Gonçalves (UFF) e Simone Vassallo (UFF) deram início ao projeto que convencionaram chamar de “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”. Entendíamos que se tratava de um momento absolutamente singular e que era fundamental produzir um registro dessa experiência. Para tanto, foram convidados estudantes dos cursos de Antropologia Social e Cinema da UFF e de Museologia da UNIRIO. Durante cerca de seis meses, sob a nossa supervisão, os estudantes frequentaram o Museu da República e acompanharam todo o processo de vacinação, buscando compreender a multiplicidade de pontos de vista envolvidos e a densidade da situação.

Algumas reuniões virtuais e preparatórias foram anteriormente realizadas, mas no dia 10 de abril de 2021 ocorreu a primeira reunião presencial com toda a equipe. A ideia para a realização do projeto nasceu de conversas telefônicas entre os professores. Tudo foi muito rápido. Menos de 15 dias separaram a ideia inicial do projeto e a primeira reunião presencial visando a sua concretização. O assunto era urgente. Era preciso praticar uma antropologia e uma museologia da urgência. A rigor, o projeto se fez fazendo. Alguns estudantes pediam orientações mais rigorosas e metodologicamente mais rígidas, quando tudo estava em processo de construção. Os professores, por diversas vezes, foram firmes em dizer: não há metodologia fixada e rígida, a metodologia está em construção. Tratava-se de um projeto coletivo, construído no processo. É claro

que isso não é usual e, por isso mesmo, a coluna vertebral do projeto sustentava-se no interesse e no compromisso de estudantes e professores.

Naquele dia 10 de abril, todo o grupo foi conduzido pelo diretor e participou de visita técnica especial, com detalhes sobre a dimensão histórica da instituição. Também foram feitas observações referentes aos aspectos museológicos e sobre os bastidores do museu, incluindo o Palácio do Catete e o Jardim Histórico. Além disso, a equipe foi introduzida ao “circuito da vacinação” no Museu da República, com seus diferentes ambientes, etapas e profissionais envolvidos, tanto da área de saúde quanto do próprio museu.

Foi a partir dessa reunião que se organizaram os grupos para o trabalho de etnografia da vacinação. Foi criado um grupo no WhatsApp, e as decisões básicas que orientariam todo o processo de pesquisa foram tomadas. Foi nesse dia que os estudantes se organizaram visando a um trabalho delicado de acompanhamento dos vacinadores, dos vacinados, dos profissionais terceirizados do museu, dos servidores públicos e assim por diante. Os resultados dessa rica e intensa experiência se expressaram em múltiplas linguagens e suportes: a presente publicação, que reúne registros, observações e reflexões dos estudantes envolvidos; o filme documentário *Etnografia da vacinação*, de 12 minutos, que também produziu uma entrevista com a coordenadora do posto de saúde responsável pela vacinação no Museu da República, senhora Marcia Mattos; e um zine sobre a vacinação, produzido por uma das estudantes e apoiado pelo Museu da República. Além disso, está sendo elaborada uma exposição no Museu da República com o tema da vacinação, ainda sem agenda fixada.

O jardim do Museu da República foi finalmente reaberto, em maio de

2021, durante as comemorações da 19ª Semana Nacional de Museus, que tinha por tema “O futuro dos museus: recuperar e reimaginar”. A reabertura do Jardim Histórico atendeu a uma demanda da comunidade local, especialmente dos mais velhos, sem excluir as mães e os pais de crianças pequenas. A reabertura do Jardim Histórico, somada ao posto de vacinação, transformou o Museu da República em polo habilitado para a reflexão em torno das relações entre museu, saúde e cultura. Além disso, a referida reabertura impactou no projeto “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República” e estimulou o interesse dos estudantes e dos professores em ouvir, conversar com e observar os frequentadores do jardim.

Em boa medida, a reabertura do Jardim Histórico reforçou o tema colocado pela vacinação, que se traduz na questão já apresentada acima: qual o compromisso de uma instituição cultural como o Museu da República com a saúde, a produção de felicidade e o cuidado social?

A equipe do Museu da República tem consciência de que a função social dos museus é prioritária, de que o Jardim Histórico e a seresta têm uma importância destacada no que se refere à saúde, ao bem-estar, à produção de alegria e felicidade, ao combate à depressão da população local.

À margem de um caderno de campo

A vacinação no Museu da República foi interrompida no dia 6 de novembro de 2021, voltou em dezembro, foi de novo interrompida, retornou em janeiro do ano seguinte e manteve-se até o dia 08 de setembro de 2022. As idas

e vindas no processo de vacinação geraram para o museu um conjunto novo de problemas: até que ponto e até quando o Museu da República deveria continuar funcionando como um ponto ou posto de vacinação? Em que medida a parceria entre o posto de saúde e o Museu da República poderia avançar em outras direções? Que novos projetos poderão surgir dessa parceria?

Em termos estatísticos, os dados que temos sobre a vacinação no Museu da República são os seguintes²⁰:

Vacinas COVID 19 no Museu da República aplicadas em 2021	
Mês de aplicação	Doses aplicadas
Fevereiro (a partir de 25/02)	2.024
Março	14.595
Abril	25.640
Maio	19.465
Junho	15.246
Julho	27.113
Agosto	34.100
Setembro	29.858
Outubro	28.066
Novembro (até o dia 6/11)	4.745
Total de 2021	200.852

Vacinas COVID 19 no Museu da República aplicadas em 2022	
Mês de aplicação	Doses aplicadas
Janeiro (a partir de 19/01)	4.668
Março	10.869
Abril	10.354
Maio	4.093
Junho	10.463
Julho	12.447
Agosto	8.626
Setembro	99
Total de 2022	61.619

Os períodos mencionados estão evidenciados na tabela acima citada. Aplicar duzentas e sessenta e duas mil quatrocentas e setenta e uma doses num

²⁰ *Dados retirados do sítio <http://jeap.rio.gov.br/srv/> em 25/04/2022. O posto de vacinação no Museu da República deu início às suas atividades em 25/02/2021, operando até o dia 06/11/2021. A vacinação foi retomada em 19/1/2022.

único ponto de vacinação não é uma tarefa simples; trata-se de um marco extraordinário.

Como se pode ver, a vacinação no Museu da República foi intensa e produziu muitas experiências singulares. As relações entre as equipes de saúde e as equipes do museu foram afinadas; muitas pessoas que se vacinaram no museu nunca tinham pisado em seu território; muitas pessoas manifestaram e registraram o contentamento por serem vacinadas ali, naquele espaço cultural.

A presença do Museu da República nos meios de comunicação e nas redes sociais foi cotidiana, ainda que, repetindo, esse não tenha sido o seu objetivo de partida.

Sobre os acervos referentes à pandemia coletados durante os anos de 2020 e 2022, é importante registrar que o Museu da República, além do acervo fotográfico constituído especialmente pelas fotografias de Oscar Liberal e Estefan Radovicz, passou a colecionar máscaras, frascos de vacinas, jalecos do SUS e objetos do cotidiano que trazem referências à vacinação, tais como xícaras e outros.

A vacinação no Museu da República constituiu-se em evento singular e, de algum modo, inspirador. Alguns agentes culturais entraram em contato com o Museu da República, solicitando informações para que as suas instituições pudessem se transformar também em posto de vacinação. Esse foi o caso, podemos citar de modo claro, do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário, no antigo Palácio da Justiça, no Rio de Janeiro.

Na primeira quinzena de junho de 2021 o poeta Severino Honorato fez

questão de lançar o seu folheto de cordel de modo performático, caminhando, recitando e o distribuindo entre vacinados e vacinadores no Museu da República. O evento teve potência poética e política.

O filme documentário *Paraíso*, do cineasta franco-luso-brasileiro Sérgio Tréfaut, sobre os seresteiros do Museu da República, foi produzido a partir de 2018, atravessou o ano de 2019 e foi interrompido em 2020, em virtude da pandemia. Em 2021, o filme foi finalizado e lançado em Portugal e no Brasil, onde o cineasta teve o cuidado e a delicadeza de lançá-lo, em novembro de 2021, no Museu da República.

Trabalhando com outros registros: considerações finais

Atendendo a múltiplas e continuadas demandas, mas não apenas por isso, a seresta no Museu da República foi retomada aos sábados e domingos à tarde. A festa da retomada foi realizada no dia 24 de outubro de 2021. Antes da pandemia, as serestas aconteciam sistematicamente de terça a domingo, sendo que aos sábados e domingos eram realizadas duas, em horários distintos. A adesão do público e a volta dos antigos frequentadores foram imediatas, mas não de forma total. Muitos seresteiros, por motivos ainda não inteiramente compreendidos, não retornaram. Ainda assim, o sucesso das serestas vem crescendo. Há uma curiosa medida de sucesso utilizada pelas organizadoras das duas serestas em vigor. Estamos nos referindo a Beatriz Penha Espinosa (Bia)²¹ e Maria del Carmen Almejeiras (Mari), aos sábados, bem como Helen Ruth Malheiros de Souza,

²¹ Bia, como era conhecida, faleceu no dia 4 de agosto de 2022. Mari assumiu o seu legado seresteiro.

aos domingos. Segundo elas, as serestas trabalhavam com 60 cadeiras; hoje já precisam de 80. De qualquer modo, as serestas que ocorriam durante as terças, quartas, quintas e sextas-feiras, mesmo liberadas, ainda não voltaram ao modo pleno ou estão voltando de modo tímido.

As comemorações do 61º aniversário da inauguração do Museu da República envolveram a apresentação do Coral do Museu da República, a abertura da Sala de Leitura e a reinauguração da exposição *Retratos e relatos*,²² de Panmela Castro, incluindo novas pinturas realizadas durante a pandemia que retratam a situação singular, opressiva e violenta por que passaram muitas mulheres. A exposição foi inteiramente renovada e ganhou uma dimensão ainda mais contundente. Duas obras que fizeram parte da exposição, selecionadas em conjunto pela artista, pela curadora e pelo diretor, foram doadas ao Museu da República.

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, foi inaugurada no Jardim Histórico do Museu da República a exposição denominada *Laroyê: caminhos abertos para o nosso sagrado*. Tratava-se de uma exposição forte e simples que também ocupou o Salão Nobre do Palácio do Catete. No jardim, a exposição utilizou-se do recurso de *banners* com textos, fotografias e representações da coleção *Nosso sagrado*; no Salão Nobre do Palácio foram apresentados alguns objetos originais, com destaque para a cabeça de Exu Igèlù, algumas peças de indumentária de Oxum (emprestadas por Mãe Meninazinha) e alguns objetos sagrados também de Oxum. A exposição foi resultado de cuidadoso processo de gestão compartilhada e curadoria participativa, envolvendo lideranças religiosas e trabalhadores do Museu da República, além da contribuição de mui-

22 Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1849257791911184> e <https://globoplay.globo.com/v/10154767/>.

tos pesquisadores. A inauguração contou com a presença de Mãe Meninazinha, Pai Roberto Braga, Mãe Nilce e várias outras lideranças religiosas.

Além dessa exposição presencial, o Museu da República lançou também na mesma data a exposição *Nosso sagrado: a construção de uma herança fraterna*. Trata-se, neste caso, de uma exposição virtual, disponível na plataforma Google Arts & Culture.²³ A primeira exposição, que foi presencial, encerrou-se em maio de 2022 e a segunda continua disponível *on-line*.

No Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher (25 de novembro), a artista Panmela Castro promoveu uma ativação da exposição *Retratos e relatos*, com oficina de pintura (retratos) no jardim do museu e acolhimento de depoimentos (relatos) de mulheres violentadas.

O livro que aqui se oferta é composto por cinco textos de jovens pesquisadores, um depoimento e uma entrevista concedidos por duas profissionais de saúde, um pequeno conjunto de fotografias, além deste texto, de caráter introdutório e contextual, elaborado pelas professoras e pelo professor responsáveis pela publicação.

O projeto de publicação já estava avançado e caminhava para a fase de finalização. Foi nessa ocasião que o diretor do Museu da República, no dia 28 de outubro de 2022, fez uma palestra no Museu de Astronomia e Ciências Afins e tratou da performance do Museu em tempos de pandemia e anunciou a publicação deste livro. Após a palestra, o diretor do Museu foi procurado pelo senhor

²³ Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/mwWx9m6ZCu-qk5A?fbclid=IwAR2uR5VPccuRgyRMdsZ0pfuglgrXIkgRSArfM36RdFLnM_QscPHv-vkLuSlk.

Gledson Machado, presidente da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, que, de modo direto, solicitou participar do livro. A conversa foi rápida. O diretor consultou as duas professoras coorganizadoras e juntos concordaram em incorporar um texto da equipe do Planetário da Cidade, com o objetivo de garantir a diversidade de olhares a partir dos Postos de Vacinação. Felizmente, a equipe de programação visual e diagramação aceitou, sem maiores problematizações, incorporar o novo texto sem prejuízo do cronograma. Foi assim que se garantiu, no presente livro, a publicação do texto: “Duas doses de ciência”.

Em futuro próximo, é nossa intenção realizar no Museu da República uma exposição e um seminário tratando do tema da vacinação.

O projeto “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”, além do livro, produziu também o documentário “Etnografia da vacinação”, de 12 minutos, realizado por estudantes da UFF, contendo entrevistas com usuários eventuais, frequentadores assíduos, trabalhadores e gestores do espaço museal, além de um zine, elaborado pela jovem artista e estudante de antropologia Valentina Silveira Netto Dondé.

Aqui está o nosso livro. Ele nasceu da urgência. Oxalá ele tenha capacidade de transcender o circunstancial e contribuir para outras reflexões e práticas, para outras experiências museais!





Uma das várias equipes de vacinação no interior do Palácio do Catete

Ao lado, um novo protocolo de vacinação: agente de saúde exibe o líquido vacinal sendo colocado na seringa.

Abaixo, a vacinação aplicada no estacionamento do museu, para pessoas com mobilidade reduzida.





Pose das pessoas ao serem vacinadas contra a Covid-19. Escultura em cerâmica.
Mariana Vasconcelos Freitas Abreu de Moraes.

Vacinação no Museu da República: um caminho de afetos

Mariana Vasconcelos Freitas Abreu de Moraes

Esta é uma escrita que nasce a partir do acompanhamento e de registros sobre o processo de vacinação no Museu da República do Rio de Janeiro. Comecei minhas primeiras idas ao campo em julho de 2021 e a vacinação da população idosa já estava acontecendo fazia alguns meses. Foi baseada nesses momentos e nos meus registros do diário de campo que construí este texto e, na medida em que vou me inserindo e apreendendo os acontecimentos desse contexto de pandemia e vacinação, também vou assumindo e escrevendo sobre as minhas afetações. É a partir de leituras do texto “Ser afetado, de Jeanne Favret-Saada” (SIQUEIRA e SAADA, 2005), que vou aprendendo sobre deixar-se afetar.

Vale ressaltar que, no início da minha ida ao campo, ainda não tinha me imunizado, e foi acompanhando esse processo de chegada da vez de outras pessoas que eu pude me sentir atravessada por esses afetos, enquanto aguardava o meu momento. Além disso, depois de um período de restrições de contato, começar a abordar e conversar com as pessoas foram sensações diferentes e, por não estar imunizada, por vezes isso me atravessava com receios. Foi nesse momento que percebi que abordagens e contatos não pareciam ser estranhos somente para mim, sobretudo com relação aos mais idosos, que foram considerados um dos grupos mais vulneráveis na lista de prioridades de vacinação. A

sensação era como se ainda não fosse o momento para qualquer aproximação com desconhecidos, além do que era o proposto naquele espaço. Nas vacinações da segunda dose e à medida que a imunização ia avançando, e as idades iam caindo em ordem decrescente, essa aproximação foi se tornando mais acessível e descontraída.

Foi acompanhando esse processo de vacinação no Museu da República que, ao escutar alguns relatos sobre o enfrentamento da pandemia, me lembrei do poema “No meio do caminho”, de Drummond, e pensei que a história do Brasil não esquecerá que tinha um vírus no meio do caminho. Em outro momento, mas ainda no campo da poesia, ao escutar um relato que enfatizava sobre as incertezas do futuro, me lembrei da obra de Antonio Machado, *Caminante, no hay camino*, que diz que é caminhando que se faz o caminho, e, diante dessa crise sanitária, a vacinação e o direito a ela, as organizações de prioridades e a espera da vez de cada idade têm sido o caminho que, em muitos relatos, foi nomeado por esperança. “A questão desta doença é que ainda sabemos pouco sobre ela, ninguém sabe sobre ela direito, do porquê que algumas pessoas não sentem nada e do porquê que outras morrem. A vacinação tem sido uma esperança” (homem de 52 anos, ao ser vacinado com a segunda dose).

O Museu da República foi o primeiro museu a abrir as portas, fortalecendo a campanha e a ação da saúde na ampliação dos espaços de vacinação e atendimento da população. Essa atitude, além de manter o museu em atividade em um contexto de pandemia, corresponde ao seu papel, de lugar com uma função educativa, de cultura, e da estreita relação que isso tem com a noção de saúde. No meu primeiro contato com o campo, percebi, ao entrar no museu, que ali foi criado um caminho, e pensei nisso no sentido tanto literal quanto simbólico, um caminho de afirmação da vacinação, da ciência e da vida, e, como esse é um

espaço histórico e político, não foi possível ignorar nem que essas dimensões passassem despercebidas, sobretudo ao me deparar com discursos antivacina e políticas de morte. Diante desse fator, considero necessário ressaltar que a pandemia não pesou igualmente para todos, esse assunto é uma problemática complexa e que, além disso, tem seus resquícios históricos. É diante de um vírus altamente contagioso e causador de muitas mortes que as relações de vulnerabilidade se intensificaram e se manifestaram de maneiras diferentes para a população brasileira, sobretudo quando o governo e as políticas emergenciais não aprofundam essas dimensões em suas maneiras de gerir e assistir à população, a chamada “necropolítica” (MBEMBE, 2016).

Retomando sobre os caminhos no museu, assim que comecei minhas observações, percebi a organização do espaço e as movimentações das pessoas entre a espera para o cadastro, as filas para a primeira e a segunda doses, até a saída. As pessoas que iam se vacinar com a primeira dose eram direcionadas para entrar pela porta lateral da frente do museu e saíam pela porta central e principal do lugar; com isso, foi criado um caminho que percorria desde a parte aberta até a parte interna do palácio. Ao entrar no museu, nos deparamos com uma série de cadeiras organizadas a céu aberto: é a espera para aguardar a vez para a vacinação. Chegando o momento, é a hora de adentrar na parte interna do museu pela sua lateral. O espaço interno do palácio é o primeiro local, destinado ao momento de cadastramento. Os funcionários dessa etapa são chamados de escribas.

Logo após, a pessoa passa por um corredor que percorre a chamada sala de reunião, aguarda numa pequena fila até ser convocada por um funcionário e é encaminhada para outra saleta, indo ao encontro dos profissionais de saúde que irão preparar e aplicar a vacina. Por meio desse processo, a pessoa vivencia

a experiência de ocupação do museu, de encontro com os objetos, as placas, as esculturas, a arquitetura, um acervo que carrega parte da história do país, e, além disso, as sensações diante desses encontros, e ora parecia estar impregnada de uma espécie de distração, ao perder os olhares pelos detalhes do museu, ora atenta às movimentações, pois, a qualquer momento, seria a sua vez de se vacinar. Após o acontecimento da vacinação, a pessoa segue um caminho que a direciona para a saída e, ao mesmo tempo, porta central do museu. O que me chamou a atenção é que a pessoa, na saída, não parece ser a mesma, na medida daquela que há pouco tempo tinha acabado de entrar pelo museu.

O corpo que entrou pelo museu não é o mesmo corpo que passou pela porta criada para a saída? O que aconteceu em níveis de modificações e quais foram os atravessamentos que me fizeram pensar sobre isso?

Ao escutar os relatos sobre a crise sanitária e as incertezas sobre o vírus, percebo que o processo vacinal seria a aposta no momento aos retornos de atividades, de forma que o contato social não tenha que se restringir a protocolos rígidos e se abra para outros possíveis. Paralelamente a isso, também pensei sobre o conceito de *conatus* de Baruch Spinoza. “Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar o seu ser” (SPINOZA, 2016, p. 105). Um corpo, ao se encontrar com outro corpo, é afetado, e esses afetos e suas ideias aumentam ou diminuem a potência de agir e criar a vida. Ao meu entender, o *conatus* seria esse esforço que somos na procura por aumentar os bons encontros. A teoria dos afetos é complexa, mas, escrevendo brevemente, para o autor, os bons encontros são aqueles que nos afetam com a alegria, que é uma potência ativa, na medida em que expande a capacidade de ação, de criação e afirmação da vida. Por outro lado, os maus encontros são aqueles que diminuem a potência de agir e de se afetar; esses seriam os afetos tristes, ou seja, o *conatus* diminui. Com o

período de isolamento e medidas de restrições, as possibilidades de encontros foram reduzidas, tendo que ser criadas por outros meios e pontes, causando interferências na vida social. Além disso, a gestão desse momento de crise, produções de medo e o bombardeamento de notícias são parte dos encontros com que nos deparamos ao longo desse período, e, em meio a tudo isso, muitos afetos tristes. A inventividade para criar espaços e encontros nesse momento é a necessidade de expandir as afetações, na busca por aumentar os bons encontros. Diante disso, vou buscando traçar uma escrita relatando o que observo no campo sobre essas interferências nos modos de existir e suas relações com o processo de vacinação.

Um corpo quase imunizado em razão de apenas uma dose da vacina, ou já imunizado com as doses, também pode ser pensado sobre as perspectivas do encontro. O corpo que se encontra com o líquido da vacina tem sido um fato curioso de se pensar, não somente pelas mudanças em relação aos aspectos de sua ação no corpo e da intenção coletiva do projeto de imunização com a adesão à vacinação, mas para além delas. Esse momento desvelou contestações e significações que antes não existiam na necessidade de serem colocadas em problematizações pela população em relação a outras vacinações.

Esse aspecto foi algo que atravessou bastante os relatos sobre esse processo de vacinação, podendo ser percebido na atenção aos pequenos detalhes pelas pessoas que iam se vacinar, desde o início do manuseio de preparação da vacina, antes de ela ser aplicada. Esse fator exigiu que os profissionais de saúde adotassem comportamentos para além dos protocolos comuns de preparo e cuidado com a seringa e passassem a estabelecer uma relação de demonstração corporal e oralização de cada etapa do ato de vacinar cada pessoa na sala de aplicação da vacina. Tudo isso para enfatizar a garantia da introdução de ma-

neira correta do líquido no corpo.

Além disso, outro questionamento a ser destacado é sobre a circulação de informações das diferentes marcas das vacinas, em que umas eram mais requisitadas do que outras. A nacionalidade e as formas de produção giravam em torno de especulações sobre a eficácia de cada uma e de falas sobre a reação que cada uma poderia provocar no corpo pós-vacina e/ou em longo prazo. Essas são algumas problematizações que, diferentemente de outros processos de vacinação, não entravam em campo de discussão. Sobre a pergunta “Você em algum momento pensou em não se vacinar?”, foi muito comum ouvir relatos de que sim, por conta das informações que circularam no país, das produções de informações divergentes e que muitas vezes foram denominadas de *fake news*, aspectos que, penso, dizem sobre o lugar das relações de poder das práticas discursivas e que forças e produções desejantes nelas estão investidas. É ouvindo esses relatos que percebo a luta de vertentes de pensamentos e discursos com forças de investimentos de produções de medo e de individualização do processo de vacinação para além da importância de um corpo social.

Já pensei em não me vacinar, mas foi lá no início, quando estavam circulando as informações sobre os efeitos, se valia a pena... Nas outras vezes a gente não se perguntava, é algo novo... Já vivemos uma epidemia, mas não uma pandemia... E a gente precisa se vacinar para se proteger e não passar a doença (mãe que foi o levar o filho de 12 anos para se vacinar).

Ao conversar com as pessoas, observo que muitas delas estão querendo dizer que, diante de um vírus novo, algo inicialmente desconhecido, se senti-

ram numa linha tênue entre fatos e produções de discursos. Em relação a isso, abordaram algumas notícias de profissionais de saúde que estavam forjando a vacinação, não aplicando de fato o líquido da vacina, ou sobre aplicações de frascos fora da validade, gerando desconfiança sobre os profissionais de saúde. Associadas a isso, relatavam sobre as produções das chamadas *fake news*, com informações que colocaram em questão os estudos da ciência e até mesmo a diminuição e a negação da gravidade da Covid-19. Algumas relataram a preferência de marca da vacina, outras sobre o medo de se vacinar, devido à lógica de que criaram muito rápido essa vacina e de que ainda havia poucos estudos sobre as suas consequências no corpo das pessoas, outras sobre o medo das reações pós-vacinação...

A internet trouxe uma gama de informações sobre a vacinação que todos começaram a questionar a eficácia e começaram a ter preferências. Eu já tive receio de me vacinar por causa das informações que circulam. Perdi algumas pessoas da minha família e é o que temos aí pra enfrentar essa doença. Espero que acabe logo... (homem de 52 anos, ao ser vacinado com a segunda dose).

Em uma ida ao campo no dia 6 de agosto de 2021, me deparei com uma cena de um homem muito exaltado conversando com uma profissional de saúde. A maneira como seu corpo estava se manifestando com indignação me chamou atenção. Depois, procurei a técnica de saúde e ela me contou sobre o que tinha acontecido naquele dia. A filha do homem tinha ido se vacinar sozinha no museu e a profissional de saúde, ao colocar o líquido na seringa, viu que ela

estava vazando. Ela então mostrou a seringa para a menina e a descartou, pegou outra e realizou o mesmo procedimento. O homem estava indignado e indagando se a filha dele tinha sido realmente vacinada, e ela relata que afirmou que, com certeza, a filha dele foi vacinada, porque ninguém ali estava fazendo corrupção e que era para ele ficar tranquilo. Ele disse que prepararam novamente a seringa, mas que, no momento de injetar o líquido, a filha dele fechou os olhos e não viu se foi vacinada corretamente. “Eu acredito na vacina! Sou profissional de saúde e nunca pensei em não me vacinar” (**mãe que foi levar o filho de 13 anos para se vacinar**).

Foi possível observar, durante o período em que acompanhei a vacinação, que outras características foram associadas a essa vacinação, esse momento passou a ganhar um cunho de movimento, luta e protesto político. Pelos corredores do museu foi possível ver pessoas que iam se vacinar e faziam questão de protestar contra o governo Bolsonaro, com cartazes com frases em defesa do SUS, da ciência e de incentivo à vacina. Além disso, algo que identifiquei em todas as idades desde o início da minha inserção no campo foi a preocupação com os registros, sejam eles em forma de vídeos ou fotografias. Caracterizou-se como um meio de extensão a atitudes de protestos, a fim de poder ter esse registro para compartilhá-lo nas redes sociais, em grupos de amigos, demonstrando a afirmação pela vacinação. E, para a garantia desses registros, muitas pessoas levaram acompanhantes que ficaram nessa função de fotografar o momento. Esse fator me fez lembrar também da ideia de registro e construção de memória sobre um dado momento e a íntima relação que isso tem com a composição e concepção de museu. “É um momento histórico por causa da combatência de uma doença histórica” (adolescente de 12 anos sobre a vacinação contra a Covid-19).

Um ícone que percebi que marcou esse processo de vacinação foi o jacaré, que também esteve presente em muitos relatos, em tom humorado, e percebi que as pessoas buscavam transformar a força discursiva da expressão “virar jacaré”, uma vez que foi proferida pelo presidente da República, enfatizando a possibilidade de efeitos colaterais e manifestando-se em relação à vacinação. Virar jacaré se tornou um bordão sobre a pessoa que tomou a vacina, tornar cômico foi um caminho para diminuir a força das implicações dessa declaração política e potencializar o encorajamento da vacinação. Virar jacaré virou corriqueiro na fala das pessoas e o uso disso, para além de ter sido utilizado para a construção de um pensamento crítico, também reforça um lugar de passagem e transformação de um corpo ao encontrar-se com o líquido da vacina. “As pessoas estão com medo de virar jacaré, eu viro até cachorro, foi muito bom poder me vacinar...” (homem de 53 anos, em tom bem-humorado, seguido de gargalhadas).

Paralelamente a isso, assim como para muitos, a vacinação é um caminho de bons encontros, para outros, esse processo é marcado por desencontros. Na medida em que esse processo vacinal é manifestado na fala de muitos como um projeto e contrato coletivo, para outros, deveria ser um direito de escolha que eles sentem estar sendo violado.

Eu não queria estar tomando a vacina, estou sentindo muito medo pelo que as pessoas estão falando, das reações, me sinto perdida. Meus pais não tomaram e são contra eu estar aqui. [...] Estou me vacinando porque vão começar a pedir o comprovante no meu emprego (mulher que se apresenta como advogada, 30 anos).

Em outros momentos, estive presente em algumas falas de pessoas que foram se vacinar, sobre conhecidos, amigos e familiares que se manifestaram que não iriam tomar vacina.

Outros relatam a demora do dia da sua idade para se vacinar, o desejo, a ansiedade e a emoção de esse momento ter chegado; falam também sobre a oportunidade, e que muitos não tiveram essa chance. “A vacinação virou um evento pra gente, a gente fica na expectativa, e é um alívio ver nossos filhos sendo vacinados. [...] Ver meu filho se vacinar contra a Covid é a sensação de como se fosse levar para fazer o teste do pezinho do bebê” (mãe, ao levar o filho de 13 anos para se vacinar).

Outro momento que perpassou a vacinação no museu foi a iniciativa da Escola Municipal Deodoro, localizada no bairro da Glória. No dia 24 de setembro de 2021, dia da vacinação para adolescentes de 12 anos, mediante a autorização dos responsáveis dos adolescentes, a escola se responsabilizou por levá-los em grupo para se vacinar. A coordenadora relatou que essa atitude era para incentivar a vacinação e também para que as mães que trabalham não precisassem se preocupar em sair do trabalho correndo. “A diferença dessa vacinação para as outras é que nessa eu vim me vacinar com todos os meus amigos da escola. [...] Também porque nunca vivemos uma pandemia. Só as outras, que foram a peste negra e a gripe espanhola...” (fala coletiva de um grupo de alunos de 12 anos).

Ao invés de retornar o que já havia falado sobre o museu ter aberto as portas para a vacinação, agora enfatizo que é a vacinação que abre as portas para a possibilidade dos (re)encontros. E experienciando esses afetos nesse contexto de pandemia e vacinação nesse espaço, pude perceber um museu vivo, que está implicado no movimento, na criação de novos sentidos, narrativas, memórias e identificação com o espaço. Diante desse contexto de pandemia, a vaci-

nação no Museu da República demonstra a relação e a implicação da instituição com a saúde e a educação, a formação crítica e política e, além disso, a afirmação da vida.

Referências

- CHAGAS, Mario. Patrimônio é o caminho das formigas. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 175-196, 2015.
- _____. Cultura, patrimônio e memória. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, v. 31, p. 15-29, 002.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- FILHO, Manuel Lima et al. **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: Editora UFPE, 2016.
- GONÇALVES, José R. S. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: _____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN/DEMU, 2007. pp. 13-42. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- SILVEIRA, Nise da. **Cartas a Spinoza**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.
- SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.
- SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Trad. Thomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.





Uma paciente recebe a dose da vacina no Palácio do Catete. Ao fundo, detalhe da exposição sobre o quadro “Pátria”, de Pedro Bruno.

Seringa vazia, dose administrada: a vacinação no Museu do República como um rito de passagem

Júlia Viana Palucci

Introdução

Neste artigo me proponho a pensar na vacinação contra o novo coronavírus ocorrida no Museu da República a partir de sua dimensão simbólica. Isso porque tal vacina, além de provocar mudanças fisiológicas fundamentais para o combate à pandemia, provoca transformações simbólicas nos indivíduos que a recebem, já que passam por uma mudança de *status* importante, tanto individual quanto coletivamente: recebem o *status* de vacinados. Desse modo, busco analisar o processo dessa vacinação específica como um rito de passagem, a partir das contribuições da antropóloga Mariza Peirano e dos antropólogos Arnold Van Gennep e Stanley Tambiah.

A princípio, é importante destacar que, segundo Peirano (2003), os rituais são caracterizados como eventos que possuem um certo nível de convencionalidade. Por isso, independentemente do conteúdo da situação, o que interessa é que ele possua uma forma específica, que combine palavras e outras ações (PEIRANO, 2003, p. 9). Pode-se dizer que essa característica está presente na vacinação contra a Covid-19, que não é uma vacinação comum, mas sim um

evento marcado por excepcionalidade, o que ficará evidente ao longo das descrições de algumas das situações que presenciei no trabalho de campo realizado no Museu da República.

O antropólogo Van Gennep desenvolve no livro *Os ritos de passagem* (1909) um estudo de rituais a partir de um tipo específico, chamado por ele de rito de passagem. Segundo o autor, rituais são atos nos quais se reconhecem repetições que organizam e estruturam ações, o que cria previsibilidade. No caso dos ritos de passagem, há um padrão típico recorrente, que os separa em três fases: separação, margem e agregação, sendo a fase da “margem” – também chamada de liminar – um momento que recebe um enfoque e uma valorização. Ao passar por essas três fases, cada uma com suas especificidades, os indivíduos são necessariamente transformados, tendo em vista que começam o ritual de uma forma (não vacinados) e terminam de outra (vacinados), o que atribui um caráter simbólico ao processo.

Além disso, é importante destacar o aspecto performativo dos rituais destacado por Tambiah, que colocava que o ritual seria um sistema cultural de comunicação simbólica que se estrutura através de sequências padronizadas e ordenadas de palavras e atos, a fim de validar uma determinada ação. Ou seja, além de comunicar, os rituais também provocariam ações através da fala (TAM- BIAH, 1985 apud PEIRANO, 2003, p. 11).

A partir da percepção de que a vacinação, para além das esferas fisiológicas, é capaz de provocar transformações simbólicas de forma ritualizada, serão explorados o momento de entrada das pessoas no Palácio do Catete – onde está localizado o museu –, como a fase de separação; sua espera na fila e os caminhos

percorridos dentro dos espaços do palácio, como a fase de margem; e a saída do local, como a fase de agregação.

A dimensão ritualizada da vacinação

Numa manhã de agosto, forma-se uma fila de pessoas que ocupa a calçada da Rua do Catete, número 153, localizada na capital do estado do Rio de Janeiro. O portão lateral se abre e as pessoas passam por ele. Pode-se dizer que esse momento constitui a fase de separação, tendo em vista que as mais diversas pessoas que entram por ali se distanciam de suas vidas cotidianas para participar de um processo transformador. Segundo o vigilante Carlos, deve ter algo especialmente interessante nessa vacinação, afinal ela acontece dentro do museu.

Certamente o Museu da República mobiliza essa ideia de algo interessante, especial e diferenciado, mesmo que às vezes não saibamos colocar isso na concretude das palavras. Assim como o museu, a vacinação que nele ocorria naquele momento também se demonstrava interessante, especial e diferenciada, a princípio por se tratar de um imunizante contra um vírus que se alastrou suficientemente para entendermos seu efeito como uma pandemia, isto é, o vírus se alastrou em dimensões mundiais; posteriormente, porque o Brasil foi e tem sido um país marcado pelo descaso governamental frente às medidas sanitárias capazes de diminuir a transmissão do vírus.

Desse modo, após a fase de separação, marcada pela entrada no Palácio do Catete – quando os indivíduos deixam para trás seus corpos não vacinados –, inicia-se a fase liminar, quando os tensionamentos do tecido social se apresen-

tam de maneira mais evidente, de acordo com a teoria de Van Gennep. Aos poucos, grupos de pessoas são direcionados às cadeiras de plástico rigorosamente posicionadas na área externa do Museu da República. Essas pessoas são chamadas por fileira, dão alguns passos, viram à direita, sobem uma pequena escada que dá acesso à área interna do museu e sentam-se em cadeiras posicionadas à frente de mesas de plástico, onde se encontram os escribas, que preparam o comprovante de vacinação e conferem os documentos. Então, depois que a documentação necessária para a vacinação da primeira dose contra o novo coronavírus é apresentada, novamente uma fila é formada. Dessa vez, as pessoas aguardam de pé, respeitando o limite estabelecido por uma grande porta, que é reforçado por algum dos vigilantes que ficam controlando a passagem das pessoas nas salas de vacinação, o que acaba por ser, de certa forma, o controle da ansiedade de algumas pessoas pelo esperado momento. Uma das mulheres de 28 anos que ia receber a primeira dose nesse dia quase ultrapassou esse limite e foi interrompida pelo braço de um segurança.

– Desculpa, é a ansiedade – justificou a mulher, com um sorriso no rosto, demonstrando certa euforia momentaneamente reprimida em prol da organização temporal e espacial do processo. Segundo Peirano, “consideramos o ritual um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo” (PEIRANO, 2003, p. 10), o que reforça a ideia de que as características e os tensionamentos do tecido social se tornam mais perceptíveis no ritual, especialmente na fase liminar.

Desse modo, pode-se dizer que essa ansiedade, que, apesar de ter sido verbalizada por Letícia, é um estado emocional experimentado por muitos no

momento da vacinação, além de aparecer como um tensionamento – tendo em vista que foi necessária a intervenção do segurança –, é também um dos indícios da excepcionalidade da vacina, comentada anteriormente. Além disso, o fato de a vacina contra o novo coronavírus não ser uma vacina comum pode ser percebido pelo comportamento das pessoas, suas expressões faciais de alívio e felicidade – muitas vezes acompanhadas de lágrimas –, as expressões de comemoração, as fotografias tiradas, as roupas e os acessórios utilizados como forma de protesto, comportamentos que demonstram o caráter performativo dos rituais (TAMBIAH, 1985 apud PEIRANO, 2003). Ou seja, é um momento de muita importância para aqueles que enxergam na vacina um processo necessário para o retorno de uma vida que é entendida como normal. No entanto, esse momento tão esperado e importante costuma ocorrer com certa agilidade, pois, em meio a largos sorrisos, lágrimas, conversas na fila e a sensação de ansiedade:

– Próximo – diz em alto tom de voz algum dos vacinadores.

Então, a vacinadora ou o vacinador pega o documento de identidade da pessoa a ser vacinada, compara com os dados do comprovante de vacinação e os devolve, enquanto diz:

– Bom dia, Letícia, me chamo Antônio e vou administrar sua primeira dose de Pfizer.²⁴ A segunda será no dia 5 do 11. Observa tudo o que eu fizer e, qualquer dúvida, me interrompe.

Enquanto as pessoas guardam o documento e o papel que comprova a vacinação, Antônio diz:

24 Nome popular da vacina Comirnaty, desenvolvida pela farmacêutica estadunidense Pfizer, em parceria com o laboratório de biotecnologia alemão BioNtech.

– Vou higienizar as minhas mãos – enquanto aplica álcool líquido nas mãos, pega a seringa e, antes de abrir, mostra: – A seringa é descartável.

Então, pega o frasco que contém seis doses, no caso da Pfizer.

– Sua vacina é a Pfizer. Validade: dezembro de 2021 – enquanto mostra o rótulo contido no frasco. – Sua dose preconizada é 0,3. Olha o líquido – enquanto puxa com a seringa o imunizante.

Em seguida, rapidamente, Antônio vira-se para guardar o frasco em uma caixa térmica cuja temperatura é controlada por um termômetro, enquanto pede para que a pessoa olhe que a dose dela, já dentro da seringa, continua em sua outra mão. Finalmente, depois desses poucos segundos, mas que são preenchidos de muitos procedimentos e observações, o vacinador segura o braço da pessoa e a dose é aplicada.

– Seringa vazia, dose administrada. Em caso de dor ou febre, analgésico da sua preferência – finaliza Antônio, enquanto pega um algodão seco e pressiona na região da aplicação. Isso porque o álcool líquido interfere no efeito do imunizante e deve ser utilizado apenas para a higienização das mãos do vacinador antes do procedimento, nunca na pele da pessoa que será ou foi vacinada, de acordo com o que Silvana, uma outra vacinadora, me explicou.

Em um primeiro momento, o que chama a atenção é a padronização nos atos e nas palavras dos vacinadores, que é fundamental para comunicar aos que serão vacinados o passo a passo do processo, a fim de validar a aplicação correta da vacina. Segundo Van Gennepe (1909), os rituais poderiam ser reconhecidos por atos repetidos e padronizados que esquematizam ações e atingem

uma dimensão comunicativa. No caso da vacinação apresentada, existe uma necessidade de se comprovar que a vacina foi aplicada corretamente. Isso aponta novamente para seu caráter excepcional.

Também é interessante pensar em como a pessoa a ser vacinada tem um papel ativo no processo de comprovação da vacinação, o que fica claro em dois momentos que acontecem praticamente de forma simultânea. O primeiro deles é quando o vacinador pede que a pessoa acompanhe cada movimento feito e narrado por ele. Nesse caso, há uma tensão quando a pessoa tem algum tipo de incômodo em relação a olhar para agulhas, por exemplo. Ao mesmo tempo que a pessoa pode não querer acompanhar o processo, é fundamental a atenção dela ou a do acompanhante, caso esteja acompanhada, para que não haja dúvidas de que a vacina foi aplicada corretamente. Mais uma vez, os tensionamentos característicos da fase liminar se mostram presentes entre os atores sociais, porém precisam ser, de alguma forma, enquadrados nos padrões e esquemas das ações que garantem a comprovação de um momento tão importante.

O segundo momento é o da fotografia, que pode ser feita por um acompanhante ou pela própria pessoa que está sendo vacinada, que acaba fazendo uma ou várias *selfies*.²⁵ Nos momentos em que estive no museu, acompanhando atentamente o processo de aplicação das vacinas, muitas vezes me tornei “a garota da fotografia” – como uma das vacinadoras me chamou – para aqueles que estavam desacompanhados. Tendo em vista que eu estava muitas vezes parada, observando e fazendo anotações em meu caderno de campo, me prontifiquei a tirar algumas fotos nos celulares das pessoas.

25 *Selfies* são fotografias que as pessoas tiram de si mesmas, como um autorretrato.

Ao perguntar para uma das vacinadoras, Eliane, se ela se incomodava em aparecer nas fotos que são tiradas pela grande maioria das pessoas que vão se vacinar, ela disse que no início até se sentia receosa, já que sua imagem poderia ser utilizada de forma indevida, mas que era necessário para que não desconfiassem de seu trabalho ali, que era aplicar corretamente as tão esperadas vacinas. Além desse papel fundamental de comprovação, a importância das fotografias é mais um dos vários fatores que demonstram o caráter especial da vacina contra a Covid-19. Não era comum, até a chegada da pandemia, que a grande maioria das pessoas se fotografasse tomando vacinas e compartilhasse nas redes sociais, mas esse fenômeno, além de ser o reflexo de uma vontade das pessoas de compartilhar um momento feliz e único, também foi positivado por parte da opinião pública pelo potencial que as fotos possuem de incentivar que as pessoas procurem os postos e se vacinem.²⁶ Ou seja, o ritual da vacina precisa da participação tanto do vacinador ou vacinadora como do vacinado ou vacinada. Após a aplicação, os vacinados eram direcionados pelos vigilantes à saída, que constituiria o rito de agregação, quando as pessoas retornam às suas vidas com um novo *status*, o *status* de vacinadas, o que é resultado não somente de uma transformação fisiológica fundamental para uma maior proteção diante da doença, mas de uma mudança simbólica organizada e comunicada através de um processo ritual.

26 Essa forma de incentivo foi valorizada, tendo em vista a existência de um movimento antivacina também no Brasil. Nesse sentido, é fundamental destacar que, embora a excepcionalidade da vacina contra a Covid-19 possa ter produzido celebrações em torno dela, também produziu repulsa e disseminação de ideias sustentadas pelo movimento antivacina, o que significa que as reflexões produzidas neste artigo, mais especificamente sobre a importância positiva dada por muitos à vacina, não abrangem os indivíduos que, de alguma forma e em diferentes níveis, estão alinhados com as propagandas antivacina.

Assim, considerando todos os processos que pude observar no Museu da República, entende-se que o indivíduo que passa pela entrada do Palácio do Catete como uma pessoa não vacinada – espera por sua vez, passa pelas mesas dos escribas, tem o imunizante aplicado, tem uma fotografia tirada e vive as mais diversas emoções durante esse período – sai do museu e se reintegra à vida social como uma pessoa vacinada através da performatividade característica dos rituais em suas mais diversas etapas.

No entanto, apesar da grande importância da vacinação para muitas pessoas, também é possível dizer que, para uma outra parcela da população, a vacina não aparenta ter a mesma importância. Enquanto muitas pessoas foram vacinadas pela manhã e outras não paravam de chegar à fila do lado de fora do museu, a vacina da Pfizer acabou. Então, a primeira dose seria de CoronaVac.²⁷ Quase que instantaneamente a notícia corre, não somente dentro do museu e na fila, mas também pelos grupos de WhatsApp, como pude escutar de vários funcionários e reparar nas pessoas do lado de fora comentando:

– Olha, falaram aqui pra mim que a Pfizer acabou. Avisa aí no grupo [de WhatsApp] e pergunta se sabem onde tem – disse um homem já fora da fila.

Nesse momento, todas as pessoas envolvidas e responsáveis para que o processo da vacinação ocorresse sem grandes problemas – os funcionários que ficam na porta liberando a entrada, os diversos vigilantes espalhados pela área externa, os vigilantes que controlam as entradas nas salas de vacinação, os escribas, os vacinadores – demonstravam indignação, apesar de já estarem acos-

27 Nome da vacina desenvolvida pela empresa biofarmacêutica chinesa Sinovac Biotech e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan.

tumadas com a diminuição do fluxo de pessoas quando o fim das doses de Pfizer é anunciado. Então, fui até a entrada e, antes mesmo de me aproximar, pude escutar alguns comentários:

– Poxa, a única que eu não quero tomar é a CoronaVac. Pode ser a Janssen ou até a AstraZeneca... Mas eu vou viajar e com a CoronaVac não dá – disse uma mulher.

– Caramba! Pior que me falaram que aqui tinha a Pfizer. Vou perguntar aqui no grupo se sabem onde tem ainda – disse um homem que estava ao lado dela.

– É, tem que ser. Eu vou viajar para Paris, minha irmã mora lá. Ela já tomou faz tempo e é mais nova que eu. Acredita que lá, que eles têm vacina à vontade, tem gente que não quer tomar?

Eram muitas pessoas com seus celulares nas mãos e, aos poucos, vários carros de motoristas de aplicativo paravam, e as pessoas iam embora, deixando o movimento no museu cada vez menor. Ao conversar com uma mulher que havia desistido de tomar pela ausência da Pfizer, ela me disse que, antes de qualquer coisa, era um direito dela escolher tomar ou não a vacina. Essa noção de “direito” acionado nesse contexto por essa mulher é um exemplo que coloca em tensão as categorias de individualidade e coletividade.

Afinal, a categoria “corpo” não é um dado universal, como contextualizou e desenvolveu o antropólogo David Le Breton no livro *Antropologia do corpo e modernidade* (2011), mas sim uma concepção de corpo que, ao ser localizada social e historicamente, está intimamente ligada com o individualismo. Assim,

é possível compreender que a ideia de que um ser humano está encerrado em seu próprio corpo e separado da comunidade e do corpo social (LE BRETON, 2011, p. 66) sustenta a noção que permeia a visão de mundo ocidental de que os indivíduos são unidades autossuficientes, dotados de direitos individuais independentemente da coletividade. No entanto, a necessidade de que as pessoas estejam coletivamente vacinadas, a fim de garantir uma cobertura vacinal capaz de dar fim à pandemia, demonstra que os indivíduos que escolhem não tomar a vacina colocam o bem-estar coletivo em risco, já que seus corpos não são atomizados e isolados do corpo social.

Diante de tais apontamentos, pode-se dizer que a tensão entre o individual e o coletivo é mais uma das tensões que se fazem presentes no processo de vacinação, não somente do ponto de vista das implicações fisiológicas – como a possibilidade de uma cobertura vacinal insuficiente –, mas também do ponto de vista simbólico, já que esse embate entre as duas esferas (individual e coletiva) no processo ritual da vacinação explicita que a noção ocidental de individualidade muitas vezes esbarra em limites colocados pela coletividade e vice-versa.

Conclusão

Este artigo procurou acrescentar às essenciais produções a respeito da importância da vacina contra a Covid-19 do ponto de vista fisiológico uma importância simbólica, que pode ser percebida quando se analisa o processo de vacinação como um ritual. A partir da experiência que vivi no Museu da República, as contribuições teóricas de Arnold Van Gennep, Mariza Peirano e Stanley Tambiah foram fundamentais para que eu pudesse compreender a dimensão

ritualizada daquele processo que tantas vezes presenciei e percebi como algo diferenciado e especial, capaz de mobilizar emoções e ações igualmente diferenciadas em torno de uma mudança de *status* diante da sociedade. Já as considerações feitas por David Le Breton a respeito do corpo e do individualismo moderno foram extremamente relevantes para a reflexão da tensão existente entre o individual e o coletivo nesse rito de passagem.

Aos poucos, cada pessoa que passou pelo museu para que seus corpos recebessem um líquido imunizante fará parte do conjunto de corpos vacinados capazes de finalizar o rito de passagem para o mundo pós-pandêmico, pós-liminaridade. Certamente o Museu da República continuará mobilizando a ideia de algo interessante, algo especial e algo diferenciado – como foi dito pelo vigilante Carlos – tanto individual quanto coletivamente.

Referências

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LE BRETON, David. As fontes de uma representação moderna do corpo – o homem anatomizado e o corpo-máquina. In: _____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PEIRANO, Mariza G. S. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.





Acima, agentes de saúde, também chamados de escritas, recolhendo dados sobre o público a ser vacinado.

Ao lado, fila de espera para a vacinação, na calçada em frente ao Museu da República.

“Documento, por favor”: números e impressões das coletas de dados na vacinação contra Covid-19 em mesas de escribas

Valentina Silveira Netto

Um convite para sentar à mesa e falar da sua vida, quem é você, nisso algo sempre escapa quando vamos colocar em dia o tempo perdido com aquela pessoa que não se via há tempo. O cenário para quem vai se vacinar não é muito diferente disso, exceto que você não está colocando a conversa em dia com um velho conhecido sobre sua vida; são convidados a sentar à mesa dos escribas aqueles que têm um braço a torcer para uma agulha, assim que o organizador de filas chama – “Vêm mais dois” –, gritando para as cadeiras do pátio de espera – “Vêm mais três”. Vinda das cadeiras da fila para outra cadeira, ainda em fila e ainda indo esperar mais um tanto para receber o imunizante, a pessoa que chega ali entra em um momento em que existe um ritual de passagem muito antigo (pode-se dizer) e que atualmente ainda é praticado. O que seria esse ritual? Ele abre portas para aqueles que “conhecem o caminho”. A passagem é, por definição, o que seria esse ritual de coleta de dados, nada estático ou passivo, para definir o tal ritual, por escribas na vacinação. O ritual de passagem antigo, que é

de certa forma praticado ainda hoje, curiosamente toma corpo no ritual durante a fila da vacinação, é o ritual de apresentação, o apresentar-se, uma atitude vital quando se cruzam fronteiras, como o antropólogo Van Gennep bem coloca. Segundo ele, se toda sociedade pode ser pensada como uma casa com seus cômodos, passar pelas portas e atravessar de um para o outro não é tão simples, exige cerimônia (2011, p. 41). É uma prática tão necessária e vital quanto o que comumente entendemos por “funções vitais dos órgãos internos”, isso usando a linguagem da medicina moderna. Nós pensamos normalmente com preocupação olhando o nosso corpo individual e, internamente, para pensar a saúde, mas nossos corpos são parte de outros corpos, talvez, daria para dizer, de um “corpo social”, onde nós estamos ligados uns aos outros. Assim, nossa existência e nossa identidade dependem do contexto “externo” para que possamos exercer nossas próprias “funções” individuais também.

Tomando como alegoria a jornada de Dante pelos círculos do inferno, em *a Divina comédia*, livro escrito em 1472, podemos talvez tirar algo interessante dessa literatura. Ele chega ao portal para o Purgatório e lá precisa se explicar para o guardião, dizer quem é ele. O guardião suspeita dele, e um espírito amigo o defende: “Por nós eterna lei não é violada: ele inda vive; Minos não empece; No circ’lo estou, onde achasse encerrada” (2008, p.9). Depois da conversa, o guardião permite Dante ali no Purgatório e decreta seu “estado de Limbo”. O estado de Limbo decretado, ele então passa por várias almas. O seu guia lhe diz que elas lhe darão conselhos, e um dos direcionamentos que ele ganha é a necessidade de declarar o semblante: “Sem que um momento deixes ir avante, quem quer que sejas, olha-me e declara [...] se há visto o meu semblante” (2008, p. 27). Trata-se de literatura medieval europeia, mas as andanças de Dante no

Purgatório podem ser bem ilustrativas das andanças das pessoas indo se vacinar e apresentando aos coletores de dados sua identificação, com foto, desse modo, “apresentando seu semblante”.

Os documentos podem variar desde a cédula de identidade até a carteira de motorista, o que importa para os escribas (essas pessoas que guardam os portais para a vacinação) é “identificar a foto com o rosto da pessoa, [...] ver que ela é ela mesmo, tem que bater o nome/nascimento/número com o rosto da pessoa”. Como é significativo um dos conselhos que Dante ganha na sua jornada fictícia para a realidade vivida hoje, em uma dura rotina, para o cotidiano na saúde e na manutenção da vida dos cidadãos? Minha resposta é que a realidade está tão difícil de parecer verdade que talvez possamos aprender uma coisa ou duas analisando metaforicamente uma escrita tão antiga quanto essa da *Divina comédia*. Atualmente, a frase com “efeito mágico” que é dita para aqueles que passam pela grande porta é “CPF ou número de registro do SUS, por favor”, essas são as palavras mágicas, talvez menos poéticas que os cantos em versos de Dante.

Com certeza, quem se senta diante do escriba na ocasião da vacinação vai falar muito pouco da sua vida ali àquela mesa, e esse registro será feito pelo escriba, e não por um velho amigo. O que um número pode dizer de quem você é? As únicas outras falas (que pude perceber enquanto fazia trabalho de campo entre a ala dos escribas) referentes ao momento de apresentação da pessoa ao escriba são de justificativas por trazer um documento em um formato em vez de outro, ou pedidos para escribas fazerem o registro de acordo com interesses específicos a respeito de como o registro seria aplicado na sua vida e com a possibilidade de tê-lo da maneira mais prática possível. O “comprovante de vaci-

nação” em um papel solto (que os escribas dispõem à mesa e é muito usado) era a maneira preferida de registro depois do registro digital, em vez de anotações nas cadernetas (que, assim como o nome já diz, é um caderno com muitas folhas). Como disse uma mãe que acompanhou o seu filho de 12 anos em setembro de 2021, sentada à mesa com o escriba: “Vai ser mais fácil de carregar o papel quando for mostrar para entrar nos lugares”.

Aquelas pessoas que registraram os dados que foram pedidos para a vacinação no Museu da República durante a vacinação contra a Covid-19 foram chamadas de escribas, mas isso não foi uma escolha do museu; a nomenclatura “escriba” foi algo que já veio do Posto de Saúde Manoel José Ferreira, por parte da equipe de saúde que implementou o circuito de vacinação dentro das salas do antigo Palácio do Catete.

O que faz um escriba, afinal? O que fazem essas pessoas que sentam ali e recolhem os nossos dados antes de uma prática de renovação de vida como a vacinação? Se pouco nos importamos em entender o que são tantos papéis e documentos dentro de um sistema burocrático (até porque é difícil se manter acordado quando lemos algo sobre o tema), perguntar qual é o papel dessa pessoa que preenche os nossos papéis é algo menos relevante ainda na nossa lista de interesses. Ou, ainda, sequer nos questionamos... Como esses registros documentais nos afetam?

Os escribas, às vezes, recebiam presentes: balas, flores, um agradecimento bem caloroso, algo que Van Genneep (2011, p. 43). também fala fazer parte desses momentos intensos de cruzamento de fronteiras. Às vezes, as pessoas pulavam a etapa do “lenga-lenga”, uma série de perguntas e respostas intera-

tivas aparentemente sem segundas intenções, vindo, depois disso, a troca de presentes (balas ou agradecimentos, nesse caso) e terminando tanto com um bom resultado, como “pode seguir para o final do corredor”.

Fragmentos de pessoas

No dia 24 de setembro de 2021, decidi tentar uma abordagem nova no meu registro do diário de campo sobre os escribas. O ritmo de uma conversa com cada pessoa que sentava à mesa para se apresentar e “provar/declarar seu semblante” era muito frenético, então tentei anotar a hora e o minuto, desde a chegada do cidadão à mesa até o momento de saída, justamente para poder “falar a língua” dessas experiências acontecendo no tempo. Às vezes os escribas competiam para ver quem liberava a pessoa mais rápido. O que falaria bem de uma identidade da pessoa daqueles registros? Era tão rápido, e sem nenhuma apresentação decente o suficiente para saber qualquer coisa da pessoa, mas resolvi seguir o movimento dessa esteira de registros e ver o que esse caminho me levava a perceber. O que mostro aqui são fragmentos de pessoas:

Às 10h43 a pessoa chega à mesa da escriba: “Empresta o documento, por favor” – fala o escriba, anotando no cartão de vacinação do adulto – “Ele não tem falando a unidade”, a escriba responde. E o cidadão fala: “Não, ó o carimbo aqui”. Logo fala: “Ela vacinou aqui então”, a escriba balança a cabeça, agora concordando.

Às 10h51, senta-se uma mãe com o filho de 12 anos. “Vai fazer 13”, ela falou, quando perguntei a idade. “Dia 17 de dezembro toma a segunda dose,

tá?” – a escriba fala. O menino levanta, a mãe levanta e fala “tchau”, a escriba ri e fala “tchau”.

Às 10h52, um homem branco de meia-idade se senta – presumo que seja o pai do menino de 12 anos –, dá os documentos e logo continua na fila.

Às 10h54, o último homem já saiu e se senta outro: “Bom dia, tudo bem?”. Esse era o primeiro cumprimento de saudações que havia notado desde as 10h43. Como ele parecia mais amigável e eu estava em busca de ter algo mais relevante sobre as pessoas ali, perguntei como ele se identificava. “Sou descendente de índios” – ele responde. “Minha avó [...] era uma índia”. Essa mesa da escriba que eu estava acompanhando em todos esses últimos atendimentos acima era a que ficava mais próxima do organizador de filas, que ouve e fala: “Eu também sou. Acho que a maioria do brasileiro, o raiz mesmo, é descendente de índio”.

Essa foi uma das minhas tentativas de captar algo mais intenso das informações daqueles corpos que se convertiam em números no tal “sistema”, e só dessa conversa já podemos pensar muitas questões. É difícil pensar sobre essas questões, porque a maneira com que é feito esse registro das pessoas sendo vacinadas ali não é para se saber nada além do que seu número de registro. Não existe nada ali que pergunte do ambiente em que a pessoa mora ou de onde ela vem, como vive. Perguntei à escriba se existia algum “lugar” para onde fossem as informações das pessoas registradas na vacina que, de alguma forma, pudessem se relacionar com dados mais significativos sobre quem era a pessoa, como dados socioeconômicos ou étnicos. A questão é que, durante processos que exigem grande número de registros, quanto menos trabalho e tempo se toma da pessoa, melhor para a coleta de dados, que acontece sem interferir tanto no

cotidiano da pessoa, e menor a chance de ela fugir desse tipo de campanha.

O fato de as pessoas não saberem para onde vão os registros para serem relacionados com dados mais profundos da sua identificação, ou, melhor dizendo, usando o exemplo de Dante, do seu “semblante”, mostra que uma habilidade essencial não está articulada nas pessoas, a habilidade de se apresentar-se/ declarar de si. Mesmo em um curto tempo, mesmo em dois minutos, o que é dito e o que não é dito já é muito significativo quando estamos falando das histórias de vida, histórias e contextos de corpos no ato de registro.

Como nos apresentamos muda como a saúde dos nossos corpos pode ser ou não tratada, e isso é relevante. As reações que poderíamos ter à vacina estão relacionadas a quem somos, de onde viemos, onde moramos. Morar em um ambiente solitário, por exemplo, e apresentar reação à vacina poderia levar a acidentes domésticos, e isso precisa ser levado em conta em questionários. Prestamos atenção a tantas outras coisas na coleta de nossos documentos, mas não nos perguntamos sobre essa questão. A mesa, para suas ferramentas de registro antes espaçosas, agora também com um tablet disposto entre carimbos, canetas e papéis. “Agora tá melhor, não é tudo no papel...” – fala uma moça que se senta à mesa para sua segunda dose, mencionando o tablet, que era novidade para ela: “Quando vim tomar a primeira dose [dia 24 de setembro] era só na caneta”. A escriba responde à moça: “Depois de registrar tudo no papel, a gente passava tudo para o computador, dava um trabalho danado”.

Os papéis onde os escribas registram a vacinação a caneta e que são dados às pessoas como um “passaporte da imunidade” (além do registro no site do Conecte SUS) estão cortados em dimensões de um panfleto, dentro do acordo

internacional da convenção de corte de papel ISO 216:1975. Claro que não é trabalho nenhum dobrar a folha do panfleto ao meio para caber em uma agenda ou carteira, mas é uma coincidência no mínimo engraçada que o passaporte da imunidade impresso em papel seja justamente a medida padrão de um panfleto.

Com esse papel, pode-se ter passagem para lugares e estabelecimentos que não serão mais acessíveis sem um comprovante de vacinação. Com esse comprovante de vacinação, apresenta-se a si mesmo, sendo ele uma autopromoção de si, como também do governo que promoveu a vacinação, uma propaganda da vacinação em um panfleto. Curioso, não?

Em *Diálogos sobre o conhecimento* (2012), de Feyerabend, discussões de cenas de um debate entre estudiosos do método científico ficavam debatendo entre o pêndulo de um vai e vem da quantidade, aquilo que pode ser contabilizado em números, e a qualidade, aquilo que é particular e só pode ser percebido se descrito/experimentado. Os processos históricos complexos da ciência têm seus limites e fronteiras, que aparecem e desaparecem constantemente.

Como em um artigo em que o antropólogo Mauro de Almeida conta a trajetória do antropólogo Lévi-Strauss nos anos 1940, podemos notar melhor o limite da passagem de escrevermos documentos para então digitá-los. Nessa época existia uma busca entre matemáticos de se demonstrar em seus cálculos (junto com biólogos e linguistas) que existia para o conhecimento da natureza “a ideia de que a atividade científica consistia na busca de invariantes reveladas ao nível dos modelos, mais do que no estudo de propriedades inatas” (ALMEIDA, 1999).

Mas como assim modelos? Se você pende para um lado mais objetivo

leitor, talvez os dados coletados dos CPFs das pessoas sejam o que elas são, e pronto. Mesmo o pêndulo de um relógio antigo, com seu maquinário todo de engrenagens, balança para o centro, indo para o caminho do meio. Com isso, pergunto: Como os números falam das pessoas?

E, antes que o leitor que pende para o lado mais qualitativo da pesquisa se ache confortável em seu circuito de particularidades conceituais, eu devo lembrar que o pêndulo, quando atinge o extremo oposto do seu balanço, há de voltar novamente ao centro, o caminho do meio. Com isso, pergunto para esse tipo de leitor: Quais seriam as “invariantes reveladas” nesse processo de se pensar modelos? Pois, afinal, uma das maiores contribuições que Lévi-Strauss e outros dessa época (década de 1940), como Mauro de Almeida, contam é que o que é forma “é porque foi feito”.

Se partimos já do pressuposto de que a forma é algo feito (inventado), a crítica contra o naturalismo na forma e formalismos já é contemplada, ou seja, aquilo é de tal forma não porque veio pronto de um mundo das ideias, ou porque é “natural”, no sentido de perfeição explicada pela natureza, mas porque alguém ou algo fez aquilo ser dessa forma. Então nossas identidades são da forma que são, o que não significa que tirar sua forma a faria melhor, buscar apenas diferenças destoantes da normalidade seria privar a particularidade que existe enquanto forma. A “form-ação” é uma maneira particular de existir diferença na repetição, como bem nos fala também o filósofo Gilles Deleuze (1925-1995), mais tarde, em sua obra *Diferença e repetição* (1968). Muitas vezes, esses “dois leitores” são dois espíritos que habitam dentro de nós, de uma mesma pessoa – em um momento, pendemos muito para um lado e, em outro, vamos ao extremo oposto.

Na coleta de dados com os escribas, a escriba pediu o CPF para uma mulher que se sentava na cadeira no fluxo da fila da vacinação: “Você sabe o seu CPF, senhora?”. Logo a mulher, com uma cara de desentendida, fala: “Saber meu CPF? Ah sim, eu tenho um CPF, deixa eu pegar na bolsa”, e entrega o pedaço de plástico para a escriba. O registro se torna sinônimo de propriedade, como se pudéssemos tornar os números uma pessoa, ou qualquer objeto que seja. A moça que entregou o CPF não se interessa em “saber seu CPF”, ela dá o CPF, porque “tem o CPF”, como uma propriedade irrelevante, e prontamente apenas entrega o documento como um material qualquer. Isso pela crença de primeiro existir o número e, depois, a partir disso, se fizesse a realidade do mundo. Era, porém, justamente uma atitude como essa que os criadores da cibernética queriam evitar, mas parece que não sabemos disso, nossos documentos são nossos “pedaços de plástico”.

Um banco de dados se mede em “bit” (0 ou 1, sim ou não, certo ou errado) ou vai ou fica não tendo, talvez, é isso ou aquilo que faz as definições em um banco de dados. Porém a quantificação do dado não pode ser confundida com o valor do conhecimento que será analisado. Afinal, a informação é, ela mesma, já mais que um dado, é um dado com uma relevância para uma pessoa. Assim, a informação não pode simplesmente se medir em bits, a informação exige contexto/experiência. A unidade para medir informação é chamada de “infon”, só que isso também ninguém mais usa, todos estão usando apenas as condições extremas de 0 e 1 (bits), indiscriminadamente. A consequência disso é que se retira o contexto. Enquanto a pergunta estilo bit é “chove?”, a pergunta do estilo infon é “onde chove?”, “chove em que dia?”, “chove forte nesse lugar nesse dia?”. Isso fixa o dado, para então poder-se dizer se é verdadeiro ou falso que

“chove forte nesse lugar nesse dia”. O pergunta do tipo bit fica muito generalizada, e a verdade sobre isso é que ela é vazia.

A informação seria um bit com contexto e, para isso, existe uma matemática complexa e profunda, mas, na prática, o que as pessoas têm feito é tratar conhecimento como se trata um banco de dados. Como você se depara e se apresenta ao mundo é um encontro que muda uma atmosfera de um ambiente inteiro e uma atitude poderosa. E você? Documento, por favor. Reagir a isso parece um dado pronto de uma etiqueta social, mas se, desde o início da ciência da informação, seus dados não eram para ser tratados como números sem importância para as pessoas, o que documentos impressos ou digitalizados dizem sobre alguém em registros que influenciam nossa saúde? Na verdade, podem dizer muito, mas é só metade do caminho. A outra metade pode ser como você vai abordar a pergunta “Como gostaria de se apresentar?”. E, então, qual será sua resposta sobre isso?

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**: Inferno. 15. ed. São Paulo: Editora 34, 2008[1472].

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. **Revista de Antropologia**, v. 42, n. 12, p. 163-197, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018[1968].

FEYERABEND, Paul. **Diálogos sobre o conhecimento**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GENNEP, Arnold van. **Les Rites de passage**. 3. ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011[1909].



Narrativas imperfectivas e experiências abertas entre tempos pan/sindêmicos

Cairo Prado de Carvalho

Na meia-luz da incerteza entre realidades pré- e pós-covid, o que ressoa logo depois de vacinado, em especial quando a intervenção das vacinas, rearranjando seu corpo contra algo inédito a ele e a nós, se dá em um espaço que abertamente se responsabiliza (e encarna, por sua mera permanência) pela conexão entre épocas e pela não flutuação do presente? Faria alguma diferença para os que lá foram vacinados? Haveria repercussão no fato de essa, digamos, passagem imunológica e simbolizável ter início e continuidade em um terreno cuja visita é no mínimo incomum para tais assuntos de saúde pública e pessoal, sobretudo sob o escopo pandêmico em questão? Assim, supondo o Museu da República como um local privilegiado para um senso e um traço de transição ou deslocamento epocal (entre outros motivos, por esse potencial de vibração histórica), procurei o que seria diluído e elaborado pelos que lá estavam sendo vacinados, para, caso adequada a suposição, saber o que enxergavam desse “portal” entre novos e antigos mundos – seus relatos. Nos meses em que estive acompanhando a vacinação, pude estar presente por um dia de cada semana, conforme ela rapidamente decrescia nas faixas etárias, e, a cada visita e abordagem, topava com a momentaneidade de uma interação irreprevisível entre pesquisante e pesquisado (que tão logo se conheciam, se despediam), somada

aos saltos geracionais e narrativos entre conversas, histórias e elaborações de pessoas diversas. De que modo então desdobrar tão diferentes pontos de vista uns com os outros?

A fim de recordar ou situar: do meio-tempo entre a Primeira República do país e o momento em que você se põe a ler este texto, o Palácio do Catete abrigou durante a maior parte de 2021 mais do que somente barões, condes e condessas, ou presidentes e ministros, com seus pertences de outrora nos espaços do museu; abrigou também (em rede com outros postos por todo o país) o primeiro ciclo nacional de vacinação contra a Covid-19 para a população em geral. Em nível global, tivemos simultaneamente um recorde científico de articulação, pesquisa e implementação vacinal de múltiplos imunizantes contra a versão inédita de um vírus – como, em contrapartida, também um cotidiano sombrio, na proporção inumerável de perdas ocasionadas desde muito antes que esse ponteiro das vacinações pudesse correr o solo, escancarando sua feição bruta, mas volúvel, entre diferentes realidades. Conforme diz o antropólogo João Biehl (2020, p. 4): “começar sempre no meio da vida social, perpendicularmente a seus ritmos, afetos, surpresas (do trivial ao trágico) e urgências” é característica inata e um tanto inevitável do fazer etnográfico e de como nosso trabalho se dá. Portanto, recuperando tanto minhas perguntas acima quanto a entrevista (DIMITROV et al., 2011) com Benoît de L’Estoile,²⁸ de onde elas germinaram, sobre os papéis e os sentidos de um museu na nossa era, na qual, diz o filósofo Zygmunt Bauman (1999), tanto já mudou do que é necessário para atravessar distâncias absurdas e visitar mil diferentes atrações à velocidade de al-

28 Professor doutor em Antropologia Social e Histórica, com pesquisas de campo no Brasil desde 1992.

guns curtos gestos com os dedos, busco levar adiante o que L’Estoile expressou, quando disse que, se, “antes de tudo, a experiência do museu é a de deslocar-se e andar dentro de um espaço singular” (DIMITROV et al., 2011, p. 37, grifo meu), graças aos materiais e exposições só experimentados quando indo até elas, passando e observando por entre coleções, muito já se pensa ao se *estar* em um espaço cuja própria permanência demonstra sua vitalidade, refletida de antemão nas suas construções e adornos, cujas idade e persistência se exibem superiores às de qualquer pessoa que ainda possa visitá-lo.

É em vista disso que indago sobre as experiências de deslocar-se não só por um *espaço singular*,²⁹ mas também por um *momento*, um *capítulo* de vida singular, para cada um(a) que percorreu o circuito interno de vacinação pelo térreo do museu. O que expressam de *particular* nesse *universal*, e vice-versa? O que há de partilhado e o que há de reservado? Ou o que uma coisa revela ou rebate da outra, segundo incita outro antropólogo, Daniel Miller (2013[2010], p. 17-18)? Visei escutar o que para cada um(a), dali onde estavam, haveria no amanhã; levantando seus relatos com olhos para a pandemia, para o próprio local de pesquisa e para o adiante de ambos. Expressar-se-iam talvez renovados e esperançosos? Talvez mais com indícios de pioras? Ou de algo forçado e imposto? Quem sabe foi pouco diferente de outras imunizações pelas quais já tenham passado antes? Na fragmentariedade desses contatos, no sentimento como que de incompletude de cada caso, de cada elo, não os busco concluir, tento deixar claro que nenhuma dessas narrativas está para se esgotar ou excluir outras (como até que haja uma síntese única ao fim), e sim que podem ser atreladas em uma

29 Entendendo “singular” não no sentido de “invariável”, mas de algo ímpar, distinto.

costura pelo que de latente trouxeram, percorrendo recorrências que guiaram a caminhos mais entrelaçados do que rigorosamente categorizados; face ao fato de a polifonia da vida e do trabalho de campo não caber em um texto. Dentre tantas vozes, temos não apenas as expressões tão verbais de sempre, um pouco inesperadamente podemos até considerar que algumas tábuas do piso interno, desgastadas e rangendo mais do que outras, fazem lembrar ou reconhecer, de algum modo, que não só sua reação vagarosa aos pés dos que as pisam compõe um eco de muito antes, quem sabe não na ida para a primeira dose, mas sim na segunda, como quando falando com Antonio,³⁰ que, trabalhando de casa há certo tempo, foi (até aquele momento de 2021) finalizar seu ciclo vacinal com a AstraZeneca e contou:

– Sei lá, passando de novo por essas salas aí cheia de tanta história do país e de tudo que já rolou aqui. Num sei, teve algo especial, de diferente [...] por tudo né: pô, esse piso, os quadros, o salão ministerial, sabe? As decisões do país inteiro saindo dali, o quanto já significou, ainda mais pra vacinação; o quanto isso aqui já foi o contrário do que é hoje, *mas também* reflete com o que a gente tá vivendo...

Ele completou sobre o quão pouco se passa adiante/se ensina da história: de como já tivemos a pandemia de gripe espanhola e uma outra revolta contra vacinas antes, nas epidemias e sanitizações compulsórias do início do século XX, a partir da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Similar a Maria, uma moça que, pouco mais tarde, no mesmo dia, encontrei na saída do museu e que tam-

30 Pseudônimos foram utilizados para privilegiar o anonimato de todas as interlocutoras e todos os interlocutores.

bém havia tomado sua segunda dose, compartilhando do anseio de que houvesse tal incentivo e resgate histórico-cultural. Só que, para ela, ter tantas pessoas andando por lá já seria maneira talvez capaz de *causar* algo – de ativar algo da/na história da pessoa, ou, pelo menos, um desejo por fazer brecha para o que é aquilo tudo em volta delas (para o que já foi); pudemos ver e ouvir que isso ocorrera entre vigias e funcionárias(os) da saúde trabalhando lá. Afinal, “aqui tem uma lembrança, como te falei, tem uma alma, mesmo que esteja dormente”, ressaltava Maria na conversa, indicando o fato de que o segundo e o terceiro andares do museu precisaram ser fechados junto de trechos do térreo para a campanha de vacinação. Logo, ainda com sua maior parte inacessível, sua influência permanecia, de modo que, para ela:

– Ah! Eu achei que a energia era diferente. Primeira dose eu me vacinei no posto de Santa Teresa. Eu acho que [...] pela atmosfera mesmo do museu. Faz com que você sinta... um pouco de [...] vida, sabe? Porque, você vê, o museu tem alma, né? Você vê que tem alma. Não é um lugar qualquer, é um lugar que tem muita história, que tem muitas lembranças, de outras vidas, né?

– *Mesmo ele fechado assim?*

– Tem, tem! Não é vazio, te conta alguma coisa.

Não sendo o chão passivo como o restante poderia ser, embora esse impacto não possa ser pressuposto como garantido ou homogêneo, encontra, sim, suas ressonâncias, mas também dissonâncias, que são de interesse comparar. Não foram tão poucos os relatos (tanto de gênero apressado, para se libertar

da entrevista, quanto não) em que se reconheciam sobretudo “a beleza e o ambiente do lugar” como únicos diferenciais em relação a outros locais de vacinação, detendo-se em elogiar a aparência ou algo mais que lhes saltava aos olhos, expressivos comigo ao não reconhecer ou saber muito bem o que ali já foi. Por outro lado, recuperando dois encontros diversos um do outro, para Ingrid, uma moça jovem de outro município, aproveitando que iria participar da feira da Glória, próxima dali, pensar no Museu da República ou em coisas desse período era ser remetida ao período colonial, a:

– [...] lembranças não muito boas assim né – considerando toda a história da escravidão. Então eu não celebro muito essa história, [...] mas o lugar é bem bonito, assim, tirando essas questões históricas.

– *Apesar da carga negativa, digamos?*

– Sim.

Para Marco, um rapaz também jovem, originário de Recife, que entrevistei meia hora antes, a via era outra:

– Pô, cara, aqui você sente uma espiritualidade, né, uma ancestralidade. Tô muito contente de vacinar aqui. Acho que a gente tem de ocupar esses lugares mesmo, sabe? Não são lugares que eram abertos pra todo mundo – você não encontra uma representatividade nossa/negra, não tem nas alegorias ou nos quadros, [...] me sinto reivindicando esses espaços.

Como os demais, portanto, ecoando vozes de cunho próprio, por seus saberes, (in)compreensões e sensibilidades particulares, mas que se compuseram e *compõem*, apontam e se encontram para além de a si mesmos, fazendo contornos mais amplos e nem um pouco atados tão só ao presente; mesmo que, todavia, ao fim das contas, para lidar com ele. Desse jeito, apoiando-me em conversas informais e conduzindo entrevistas semiguiaadas concentradas nas pessoas que tinham (poucos segundos ou minutos antes) acabado de ser vacinadas com sua primeira ou segunda dose e logo reaveriam, cada uma, seus próprios caminhos palácio afora, desejei saber e registrar como se movia o mundo delas e como tem se movido o mundo no sentido delas, ora interrompendo-as antes desse retorno aos seus caminhos, ora aproveitando para estender suas pausas antes da saída, de modo a, em todo caso, quando aceito, pedir-lhes que me explicassem ali, naquela hora, sem exatamente ensaio ou roteiro prévio, suas vivências e impressões pessoais-coletivas até esse *durante* da pandemia, agora a partir do recurso das vacinações – para que recuperassem narrativas inacabadas e *imperfectivas* de vida (NIETZSCHE, 2017[1874], p. 4), ou seja, inconcluídas e *inconcluíveis* pelo “ininterrupto *ter sido* que é existir”, sobretudo quando somos confrontados a relatar sobre tempos e memórias, solicitando que – ditas, gesticuladas ou em silêncio – as retomassem ao presente com a constância do passado aos que assim se concediam entrevistados nessa súbita autoanálise provocada e acompanhada (ARAÚJO e COSTA, 2013; BOURDIEU, 2007[1993]), dando suas pistas dessa solidariedade e desses laços tão fortes entre épocas e do desenrolar de eventos (como os atuais) que, se, aparentemente, tão incompreensíveis por nascerem fatalmente do desconhecimento do passado, não menos se resolvem colecionando compreensão dele sem saber, ou aplicar, nada do/no presente (BLOCH, 2001[1949], p. 65), pois, no fim, “precisamos da história *para a vida e*

para a ação”; do contrário, boiamos estagnados ou em repetições, sem avaliarmos que “apenas na medida em que a história serve à vida que queremos a ela servir” (NIETZSCHE, 2017[1874], p. 2). Então, dado o momento de pandemia global (cuja própria nomenclatura já parece insuficiente), paralelo a outras crises que ainda mal sabemos nomear, e em vista de que “a gente não guarda muita memória... você trazer as pessoas pro museu pode ser um paralelo interessante pra lembrar que a história toda leva a isso tudo” (evocando aqui palavras de Maria), há de se conduzir a reflexão sobre para onde ela nos leva(ria), caso tudo que pudermos fazer for nos manter boiando.

Joana e Igor foram um casal que muito articularam a respeito, ela, “arquiteta tornada infectologista” de tanto procurar se informar durante esse período de isolamentos e medidas de prevenção; ele, trabalhando com pós-produção audiovisual de casa. Com a diferença de o local ter um peso maior por ela ser arquiteta, dizia que estar e ter se vacinado lá era sentir um resquício, como se, apesar de tudo, houvesse uma resistência ativa da “república” – no sentido de que segue vivo o aspecto central da palavra: de coisa pública, de *res publica*. Porém, na medida em que Maria, de início, contou com as pessoas ficarem mais empáticas, mais solidárias (o que até teria acontecido, mas por muito breve tempo, indicando um esquecimento das pessoas umas para com as outras, hoje, segundo dizia-me), ela demonstrou, contudo, manter-se esperançosa pelo avanço das vacinações, crendo provável:

– [...] ser um novo começo, pra gente, pro país de um modo geral. Eu acho que pode ser o início de um cuidado com o país, sabe – com o observar. Eu acho que [...] tudo que aconteceu nesses últimos dois anos mostrou muita coisa: a importância

que temos que ter com o outro, da nossa escolha – com os nossos governantes. Eu acho que... isso pode ser uma mudança sim.

Para Joana, embora julgasse acreditar que, dali para frente, mudaria, sim – voltaria a se sentir segura para fazer alguns encontros, juntar-se na casa de amigos, em lugares abertos –, de resto, não via tanto esse horizonte renovado. Aos que tiveram o ócio e o tédio da pandemia, isso não havia *feito* algo de fato, como mudar atitudes profundas. E, mais crucial, essa pandemia de agora seria mais a ponta de um labiríntico iceberg, do que uma pedra enorme que escorregou em um trajeto, de resto, limpo. Para preservar desdobramentos mais vertiginosos, um que Joana e Igor deram foi o exemplo de que poderíamos ainda precisar de máscaras, “talvez não mais pela Covid, mas, com tanta queimada e bioma sendo destruído, pela poluição mesmo, ou por outras doenças até”. Nossa conversa foi parecida com o que Marco, no outro dia, concluiu, um pouco reticente: “O coronavírus é só um *pedacinho* do que pode vir – não tô diminuindo ele ou a situação, entende? Mas é que, do jeito que as coisa têm sido, cara...”. Logo, se Antonio, que de início citei, firmemente enunciou: “Já estamos! Acho que já tamos entrando em outro tempo com as vacinações”, Igor e Joana, tão enfaticamente quanto Antonio, disseram que continuamos em 2020 – ou continuaremos por um tempo. Igor ilustrou com a imagem de termos entrado em um túnel enorme, ou um limbo, por isso difícil de ver a saída, ao passo que Joana não concordou tanto na parte da “saída”: “o que a gente tem hoje é o *a partir de agora* que temos. E, com essa segunda dose, eu me sinto entrando *de vez* nessa realidade pós-apocalíptica”. Não só não dependeria das vacinas, como tampouco lhes seria imputável um regresso de tal modalidade. E, em sentido bem diferente ao de Antonio, ambos ao final voltaram a concordar quanto a uma certa transição,

isto é, para um período temporal outro:

– O “*pós-pandemia*” então não seria um mundo [...]“*sem-pandemia*”? No sentido de algo que passou, foi embora...

Igor – Isso. Não é.

Joana – A realidade já não é mais a mesma, tá ligado? Não tem como ser. Eu nem vejo como ter esse *retorno* ao que era – “ah ao normal de antes”. Não, não tem mais isso.

Algo intercalável com Andressa e Pedro, casal que entrevistei quase ao final de um dia de vacinação em setembro, que, no começo da pandemia, achavam que, “de início, era uma coisa *temporária*, curta, né! [...] Mas acho que foi se tornando temporária de longo prazo... E será que é temporário?”. Tal como recebi de outros também, ambos reconheceram como, para eles, circunstancialmente e não isentas de males, pôde ser muito boa a suspensão, a pausa forçada da pandemia – fosse para a vida, no crescimento e na reconstrução próprios ou dos relacionamentos, da carreira, novos estudos etc. –, mas não acreditavam, pensando amplamente em uma população ou “na sociedade”, no caso de um retorno melhor, drástico, quando de todas as reaberturas e retornos. No caso de Andressa e Pedro, eles suspeitavam que ocorresse, sim, uma certa frustração de primeiro momento, um extravasamento:

Andressa – Acho que todo grande momento na história tem/ gera uma mudança de perspectiva das pessoas, sim; mas não acho que isso vai [...] gerar um *surto* de empatia assim. De certa forma, eu sinto que foi muito do mesmo também: muita gente trabalhou normal, muita gente saiu todo dia. Porque é

isso: tem gente que passou sete-oito meses sem pôr o pé pra fora, e teve gente que continuou pegando metrô normal, ônibus lotado todo dia...

“É uma pandemia diferente pra todo mundo e cada um lida da melhor forma que pode com ela”, reiteraram. Essa expressão soa embaralhar isso que é universal e isso que é particular, mas acredito que ela ergue bem a ponte que interliga ambos. Porque um não cabe para anular o outro: não deixa de haver um fenômeno global e mórbido, mas, igualmente, não deixa de haver todas as sutilezas e abismos específicos (por múltiplos fatores) às circunstâncias de cada ser e, mesmo assim, nem por isso necessariamente de todo intransitáveis ou incompartilháveis, de pessoa a pessoa – há de haver algo tangível entre elas. Inclusive, para alguns, dando a impressão de que isso pôde encurtar distâncias com aqueles significativos para eles, agora com a facilidade de tantos estarem em suas casas ou dependerem mais do computador e do celular, “parecendo então que todo mundo estava mais perto”, dizia Andressa. Novamente, o que não quer dizer que seja um tom definitivo, há aqueles para quem, no completo oposto, todo esse episódio é mais como um pretexto, exagerado em boa parte, para o propósito de cortar relações, da parte de pessoas que, desde antes, já não iam muito com a ideia de mais cores, origens e tradições estarem *juntas*: “de acabar e matar empatia”, uma forma de separar e isolar de volta, “de novamente fechar tabu”, deixando o convívio e o aprendizado das crianças exclusivamente no que “põe a família” – como comentou Aline, uma moça em seu uniforme de serviço que tanto se isolou quanto recebeu ali sua primeira dose, forçada pela exigência do emprego.

Assim, sem a pretensão ingênua de abarcar ou devolver a todos(as)/

tudo, ponho-me a fazer dos pressentimentos, sensibilidades e consciências (não tão puramente) individuais compartilhados durante esse trabalho uma pequena fenda por entre certas vidas e caminhos multiplicáveis, mas mal esbarrantes dentro de turbulentas realidades citadinas, voltando a encostá-las momentaneamente, para matutar coletivamente um pouco sobre o que elas trouxeram “dos tempos” e desse planetário episódio fronteiriço, entendido como a pandemia de coronavírus, ou também entendida (e creio mais integralmente) como sindemia, uma vez tão emaranhado isso que é patológico, econômico, ambiental, além de social e geopolítico, ultrapassando a chance de consultarmos só uma categoria de especialistas ou peritos, por exemplo. Sindêmico porque sinérgico, porque, enfrentando a inseparabilidade desses fatores, também se enfrenta a exigência de não dissociar nossos saberes e decisões nos tempos em que estivermos. Vendo valor em pensá-los, consoante Bruno Latour (2014[2013], p. 25-27), em especial o futuro, não como algo que se *alcança* eventualmente ou que flui desperturbado do passado ao presente, enquanto esperamos vendados que tudo corra bem segundo um cenário devaneado pela frente, mas sim sugerindo olharmos para ele como um *porvir* (LATOUR, 2014, p. 25-26). Se formos, pois, como disse Joana, lidar com tempos “pós-apocalípticos” *por vir* ou já inaugurados, deve ser possível reconsiderá-los “*apocalípticos não no sentido de catastróficos (embora possam ser assim também)*, mas no sentido de desvelar coisas que estão vindo em nossa direção” (LATOUR, 2014, p. 26, grifo meu). Essas coisas são baseadas nas ocorrências e decisões dos tempos em que vivemos (tal como *dos que não chegamos a viver*) – para o bem de tempos nos quais *poderíamos* intentar habitar, sem postergar nem buscar renunciar em favor de um passado encapsulado em ouro, ou de um futuro abstratamente garantido em fartura; ecoantes só do “uma vez houve” ou de “um dia teremos”, mergulhando e navegando

por dentro do incerto e do desconhecido, onde mais ou menos já estamos faz algum tempo (BIEHL, 2020). Isso resulta em dizer que, neste contínuo rolar do presente, tentar manter-nos em interação, e sobretudo não inertes, mas sim pungentes, com os horizontes de dilemas e horrores é tanto um desafio diário quanto um arranjo visante de sobrevivência; reconhecido que se está imerso na ação, engajando – e encaminhando – futuros menos remotos ao maior número possível de seres, se formos afinal persistir contra todas as probabilidades (BIEHL, 2020, p. 7), em face – e para além – das destruições e precipícios por entre onde coabitamos, quem sabe deixando o agora menos borrado ou invisível no processo.

Abaixo, ampola de vacina do laboratório Pfizer-BioNTech.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jair; COSTA, Joicy Suely Galvão da. Para compreender: reflexões bourdieusianas sobre a interação de entrevista. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 9, 23 out. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BIEHL, João. Do incerto ao inacabado: uma aproximação com a criação etnográfica. **Mana**, v. 26, n. 3, 2020.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001[1949].
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____ (dir.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Trad. Mateus S. Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 2007[1993]. p. 693-713.
- DIMITROV, E. et al. “A experiência do museu é a de se deslocar”: entrevista com Benoît de L’Estoile. **PROA: Revista de Antropologia e Arte**, v. 3, 2011. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/16462>. Acesso em: 26 set. 2021.
- LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. Trad. Renato Sztutman. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014[2013].
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013[2010].
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida: segunda consideração extemporânea**. Trad. André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017[1874].





Senhora em processo de vacinação.
Ao fundo, o presidente Juscelino
Kubitschek participando da
inauguração do Museu da República,
em 15 de novembro de 1960.

Etnografando a etnografia: relatos dos primeiros encontros

Monica de Souza Costa Soares

Neste artigo apresentarei um breve relato dos primeiros passos do trabalho de campo etnográfico sobre a vacinação contra a Covid-19 no Museu da República, que ocupa o prédio do antigo Palácio do Catete no Rio de Janeiro. A pesquisa etnográfica compreendeu o período de julho a outubro de 2021, com ênfase em observação participante, entrevistas, coleta de dados e escrita. Para tanto, vou descrever a aproximação com o tema da pesquisa, como ocorreu a inserção no campo etnográfico e as orientações em relação à metodologia e à coleta de dados. Minha observação participante se dava nas sextas-feiras, das 8h00 às 12h00. Eu estava cursando o sexto período do curso de Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), quando recebi o convite para participar da pesquisa. O convite veio por meio da professora Simone Ponde Vassallo, que na época estava lecionando o curso Etnografia dos Processos Patrimoniais. Vale ressaltar que o período foi de aulas remotas, visto que estávamos (e ainda estamos, até a escrita deste artigo) em um momento pandêmico. O convite foi feito para toda a turma; eu, em particular, fiquei bastante animada.

No início ainda não tínhamos muitas informações sobre o objetivo da pesquisa e a metodologia, mas logo foi marcada uma reunião on-line no Google Meet com o idealizador da pesquisa, Mario Chagas, atual diretor do Museu da República. No dia agendado para a reunião, estávamos em um número conside-

rado bom de pessoas, o diretor Mario Chagas, a professora Simone Vassallo e alunos do curso de Antropologia e Cinema da Universidade Federal Fluminense. Também estiveram presentes alunos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Primeiros encontros

Após as apresentações, o diretor Mario Chagas dá início à reunião falando sobre como nasceu a ideia da etnografia da vacinação. Ele relata que o museu passou a ser posto de vacinação a contar do dia 25 de fevereiro de 2021 e que, após essa data, passou a vacinar em média 25 mil pessoas por mês. Até essa data, o Museu da República estava fechado. A partir do dia 18 de maio de 2021, no Dia Nacional dos Museus, o jardim do museu foi reaberto para visita, no entanto o interior do museu ainda se encontrava fechado para visita, salvo os espaços reservados para vacinação. Ele continua nos situando na pesquisa e, satisfeito, diz: “a vacina no museu virou uma atração”. O principal objetivo da pesquisa é a produção de registro histórico do momento, podendo se desdobrar em outras possibilidades. Ressalta o diretor Mario que, a princípio, o museu será posto de vacinação até o final do ano de 2021. O diretor e a professora Simone Vassallo orientam quais métodos poderão auxiliar a pesquisa, entre eles entrevistas e observação participante. Ressaltam também a possibilidade de um filme documentário.

As possibilidades dos objetos de observação na etnografia

- Observar quem está sendo vacinado, bem como os que já foram

vacinados e voltam ao jardim, já que virou uma onda estar no jardim: “Eles se referem ao jardim como ‘o meu quintal’”, diz Mario Chagas;

- A relação entre museu e saúde (o jardim era considerado antes da pandemia como antidepressivo) – observar essa ressignificação do jardim;
- Os profissionais da saúde (enfermeiros, técnicos de enfermagem, escribas, agentes de saúde, a assistente social);
- Os funcionários do museu em geral (federais, seguranças, jardineiros, o pessoal da limpeza e da manutenção);
- Observar o racismo estrutural no museu também é uma possibilidade;
- Os núcleos das pessoas na fila;
- A seresta dos vacinados (evento importante que ocorre no jardim);
- Máscaras sociais, objetos com a figura de jacaré (camisas, canecas etc.);
- Camisas que exaltam o SUS e a ciência.

O diretor Mario Chagas diz perceber o museu como espaço de alegria, de encanto, de amor ao espaço. Ele diz também perceber o renascimento do museu pós-vacina: “A vacina reviveu o museu”.

Começa-se então a pensar de que modo podem ser organizados os grupos, o tempo disponível dos participantes, o tempo de pesquisa e a metodologia. Mario Chagas cita que não tem ainda um plano metodológico, que a metodolo-

gia fluiria a partir dos nossos diálogos. Diz que seria interessante também pensar sobre cultura e saúde. Falou com muito entusiasmo sobre o folheto de literatura de cordel *Vacinação no Museu da República*, de Severino Honorato. Orientou perceber o controle social das pessoas que moram nos apartamentos do entorno do museu, a “xepa da vacina”, a repescagem do sábado, com diferentes idades, e os visitantes que frequentam diariamente o jardim. A vacinação é das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira; aos sábados, funciona das 8h00 às 12h00. Já o jardim está aberto aos frequentadores das 8h00 às 17h00. Os visitantes do jardim, em sua maioria, já o frequentavam antes; com a vacinação, novos visitantes foram chegando. Nessa reunião fomos orientados a, no início, descrever tudo e, com a frequência da observação, separar os pontos que nos interessavam. Finalizei as minhas anotações da primeira reunião remota com a frase do diretor Mario Chagas: “O museu foi palco da Revolta da Vacina, agora é palco da ‘Revolta pela Vacina’”. Foi marcado o primeiro encontro presencial no museu para o dia 10 de julho de 2021, atrás da gruta do antigo bistrô, às 10h30. Nesse mesmo dia foi feito um grupo de WhatsApp para a interação dos participantes. A pesquisa então começava a ganhar corpo.

O dia combinado era um sábado ensolarado. Arrumei-me com uma calça jeans, blusa bege, sapato bege, bolsa marrom, máscara social preta e fui ao primeiro encontro no museu. Eu não sabia como chegar, não conhecia o museu, nem o bairro do Catete, no Rio de Janeiro, mas, no grupo de WhatsApp, uma colega me deu as informações necessárias para chegar lá, com duas opções, pegando um ônibus em Niterói que fosse até o Catete ou indo de ônibus de São Gonçalo até a Central do Brasil e, nesse mesmo local, pegar o metrô e descer na estação Catete. Prefери a segunda opção.

Chegando ao portão do museu, disse ao segurança que estava indo para

uma reunião no antigo bistrô. Ele, muito simpático, disse que eu podia ir, que já tinham outras pessoas lá, aguardando, e mostrou-me gentilmente o caminho. A professora Simone Vassallo já se encontrava no local com alguns colegas. Apresentei-me a todos e nos demos conta de que só nos conhecíamos no campo virtual, das aulas remotas, por conta da pandemia. Ficamos então aguardando o diretor Mario Chagas e outros que estavam a caminho. Pouco tempo depois o diretor chegou, bem como mais alguns colegas. Acomodamo-nos então no maravilhoso gramado do jardim, em círculo, para o primeiro contato e reconhecimento do campo, bem como para as apresentações, e para conhecermos um pouco mais das ideias do diretor Mario Chagas e da professora Simone Vassallo sobre a etnografia.

O diretor nos apresentou o jardim, um espaço amplo, com um gramado muito verde e viçoso, muitas árvores, plantas, um lindo lago e bancos por todos os lados para os visitantes. Pessoas de todas as idades estavam nesse momento no jardim, idosos, pais com seus filhos brincando, pessoas aproveitando o gramado para leitura, enfim, um lindo dia de sábado no lindo jardim do Museu da República. O espaço é todo cercado e tem muitas seguranças a postos para qualquer eventualidade. O diretor Mario Chagas apresentou o jardim como um espaço preferido pelos pais para passear com os filhos, mais preferido que o Aterro do Flamengo, que é aberto e tem menos segurança. No momento em que o diretor falava sobre o jardim, surgiu uma senhora de 88 anos muito simpática, que fala com o diretor com uma intimidade de quem o conhece há muito tempo. Ele então a convida para sentar conosco. Ela, com muito orgulho, faz questão de dizer: “Eu frequento esse jardim há mais de 50 anos”. Ela também é frequentadora assídua da seresta e fala dela com muita alegria e entusiasmo. Observei nesse momento que o diretor Mario Chagas trata não só essa senhora como uma

velha amiga, mas também a outros que passam no local e o cumprimentam. A senhora se despede para continuar o seu ritual de passeio.

Do jardim víamos toda a parte de trás do museu, um patrimônio público cultural incrivelmente lindo. Depois desse momento de reconhecimento do jardim, o diretor Mario Chagas nos levou a uma viagem fantástica no interior do museu. Neste primeiro momento não é possível descrever tudo que vimos, deixarei para fazer essa descrição em um relato mais amplo da pesquisa, em outro momento. Limitar-me-ei somente a dizer que me impressionaram tudo o que vimos e todos os relatos históricos que ouvimos. Entramos em lindas salas, com portas que impressionam. De vez em quando, Mario dizia: “Estão vendo essa porta? É falsa”. Era tão real! Eu estava encantada com tudo que estava vendo. Depois de conhecermos o museu, nos posicionamos no saguão principal para uma foto na linda escadaria de tapete vermelho. Vale ressaltar que esse dia era um sábado de vacinação de repescagem até as 12h00, então, enquanto viajávamos nas histórias do museu, víamos pessoas sendo vacinadas. O último lugar que visitamos foi a sala do diretor Mario, onde fomos presenteados com um exemplar de um livro.

Descemos todos, pegamos uma cadeira e nos sentamos em círculo novamente. O diretor Mario e a professora Simone iniciam uma exposição das ideias da pesquisa. Eles ressaltam que a ideia é buscar a relação entre o espaço, a temporalidade, a prática, o que está aberto para o público em geral. O portão para vacina fechou às 12h00 e o jardim ficou aberto até as 17h00. No domingo somente o jardim abre para visita. Mário diz: “Hoje tem uma carrocinha vendendo sanduíche, o que não tinha antes da reabertura do museu. A economia que gira em torno do museu também é um ponto para ser observado”. Simone Vassallo orienta observar o que está acontecendo na vacinação, resalta que descrever

tudo é muito importante. Fazer relações das observações, atentar para as impressões e memórias, tentar inserir o ambiente, o espaço, o tempo, o entorno, o jardim, a seresta, conversar com os funcionários. Simone pontuou que poderíamos conseguir dados relevantes com conversas despretensiosas. Mario orienta que, para falar com os profissionais da saúde, é preciso falar com Márcia Mattos, coordenadora da vacinação.

Para uma maior autonomia de circulação nos ambientes do museu, Mario Chagas diz que teremos um crachá com a identificação “Etnografia da Vacinação”. Fizemos uma lista com nossos nomes para a sua confecção. Foi feito um relatório da disponibilidade de todos. A professora Simone orienta que os dias e os horários não precisam ser fixos, que podem ser trocados. Foi então feita uma listagem dos dias, horários e espaços de observação. Alguns alunos se disponibilizaram para fazer um documentário, esse grupo será de audiovisual. Fomos orientados a circular nos espaços de aplicação da primeira e da segunda dose e na entrada do portão, onde se organizavam os núcleos da fila. Até esse dia, não tinha prazo para o início da terceira dose. Todos fizeram a escolha do que observar. Eu optei, num primeiro momento, por observar a primeira dose, a segunda dose e os profissionais da saúde. Na primeira dose, circulei nas salas 1, 2, 3 e 4. Na segunda dose, havia uma ampla sala de aplicação e, de vez em quando, eu circulava por ela com o meu caderno de campo.

Ficou definido que a pesquisa, a princípio, seria até outubro, com possibilidade de publicação, seminário e relatos de experiência. Também podemos escrever na primeira pessoa. A professora Simone fala da importância do diário de campo, pois não podemos confiar na memória, muitos dados importantes podem ser perdidos. Nesse sentido, em seu trabalho *Relativizando*, o autor Roberto da Matta nos orienta que devemos escrever tudo no diário de campo,

“frases soltas, comportamentos curiosos, técnicas de corpo ininteligíveis devem ser criteriosamente escritos no diário” (1983, p. 188). O autor chama o diário de campo de “memória social”. Esse mecanismo, segundo o autor, tem o papel de gravar aquilo que, de outro modo, estaríamos fadados a esquecer pelo fato de não ter, naquele momento, nenhum sentido (p. 188). Essa primeira reunião foi muito importante para entender como é o campo e conhecermos os nossos objetos. Despedimo-nos e encerramos a reunião, então eu optei por voltar para casa pelo mesmo caminho, de metrô. Mas a volta não foi tão fácil quanto a ida. O metrô estava muito cheio, eu me espantei com tanta aglomeração em plena pandemia. Decidi então usar outros meios de transporte para ir e vir do museu.

Voltando à etnografia da vacinação, a proposta é uma metodologia de pesquisa etnográfica no modelo de Malinowski, fazendo observação participante no museu nos horários em que ocorre o evento de vacinação contra a Covid-19. Descrevo neste trabalho o primeiro contato com o objeto, bem como as orientações para a etnografia, que deve se iniciar a partir das relações e impressões observadas no campo e dos dados cuidadosamente coletados e analisados.

Um encontro histórico com o Posto de Saúde Manoel Ferreira

No dia 16 de novembro de 1960, o *Jornal do Brasil* registrou a inauguração do Museu da República. Em seu discurso, o presidente Juscelino Kubitschek teria afirmado que, por esse gesto, o Palácio do Catete deixaria de “pertencer ao momento para passar à história”, tal como narrado por Mario Chagas na *Revista do Professor* (2017, p. 18). O diretor Mario cita que o sucesso do museu foi imediato, visto que, 20 dias depois de inaugurado, 15.649 pessoas já haviam visitado o museu:

O primeiro depoimento valoriza a transformação do Palácio do Catete em Museu da República, destaca a importância de estar aberto ao público, de se oferecer à visita de “todos” e reafirma o entendimento de que a “ideia” de criação do museu teria partido do presidente Juscelino Kubitschek (CHAGAS, 2017, p. 21).

O encontro histórico do Museu da República com a Unidade de Saúde Manoel Ferreira parece explicitar a frase do presidente da República Juscelino Kubitschek, em 1960, sobre deixar de “pertencer ao momento para passar à história”. Essa frase parece dialogar com o momento que o museu vivencia hoje, quando abre os seus portais para o evento de vacinação contra a Covid-19. A partir desse momento, novas narrativas, com diferentes olhares, estão sendo construídas. O museu deixa de ser espectador do momento pandêmico, não só do país, mas do mundo, e passa a ser palco, com cenário efetivo, para mais uma transformação histórica na sociedade brasileira.

Normanda Freitas traz uma análise interessante de Josep Ballart Hernández, para quem “a noção de patrimônio surge quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seu um objeto ou um conjunto de objetos” (HERNÁNDEZ, 1997 apud FREITAS, 2009, p. 5). Segundo Hernández, essa noção e essa posse podem ser entendidas como pertencimento agregado ao legado que é coletivamente herdado, que precisa ser estabelecido no conceito de patrimônio para que possa ser legitimado.

A citação acima me leva a pensar que a direção do Posto Manoel Ferreira, ao ver o Museu da República como uma possibilidade de ser posto de vacinação

contra a Covid-19, o identifica como um espaço de pertencimento que de fato foi legitimado, quando, segundo a coordenadora da vacinação Márcia Mattos, em entrevista coletiva concedida a mim e à equipe de audiovisual (participante da pesquisa), cita que 100 mil pessoas já haviam se vacinado no museu. Ela cita que a contagem foi feita na semana da entrevista. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgada em 17 de novembro de 2010, 70% da população brasileira nunca visitou museus e centros culturais. Sendo assim, pode-se afirmar que 70% dos 100 mil vacinados (até a data da entrevista) nunca visitaram o Museu da República.

Com a palavra, Márcia Mattos, coordenadora da vacinação no Museu da República:

Nós começamos a vacinação da Covid-19 em 20 de janeiro [de 2020]. Essa vacinação foi na unidade, para os profissionais de saúde da própria unidade. Após a vacina dos profissionais, saímos para vacinar nos asilos, nos abrigos, casas institucionalizadas e fechadas. No próximo dia de vacinação, nós abrimos para os profissionais de saúde em geral, segundo a faixa etária proposta pela prefeitura. A unidade ficou muito cheia. Nós tínhamos o atendimento regular da unidade e tínhamos esse público com uma procura intensa para vacinação. Nós vimos naquele momento que não tínhamos condições de atender dentro da unidade o público que viria para essa campanha. Começamos a pensar em como resolveríamos esse problema, procurando áreas externas e locais possíveis, e pedindo para usar o espaço. Através da coordenação da unidade, que conhecia o Mario, diretor do museu, nós fizemos o primeiro contato

e, em uma reunião, colocamos o que seria o nosso trabalho, como utilizaríamos o espaço do museu e a justificativa de que a unidade não conseguiria comportar aquele volume de gente. Então foi firmada a parceria, e nós começamos a vacinar no Museu da República no dia 25 de fevereiro de 2021 (entrevista coletiva concedida em 23 de julho de 2021).

O Museu da República recebe o convite para ser palco do fenômeno social universal que é a vacinação contra a Covid-19, e esse palco dá vida a um cenário que integra diferentes atores sociais. No cenário é implantada a logística do processo da vacinação. Vale ressaltar que esse espaço, até o momento, estava fechado desde o decreto da pandemia no Brasil. Pensando no palco, no cenário, na atuação de diferentes atores, bem como nos papéis sociais que compõem esse evento social, o diretor do museu Mario Chagas e a professora da UFF Simone Vassallo nos convidaram para integrar a pesquisa intitulada “Etnografia da vacinação”, com o objetivo de produzir relatos históricos desse momento. Logo nos primeiros dias de observação etnográfica, percebi que tudo que acontecia nesse palco era importante de ser observado. As ações dos atores chamam a atenção, remetendo a vários significados.

Considerações finais

As observações da etnografia da vacinação no Museu da República, bem como as análises das representações dos atores sociais nesse palco, só foram possíveis de ser desenvolvidas porque o histórico Palácio do Catete, de fato, abriu os seus portais para trazer a realidade dos debates que giram em tornos

dos museus. Esses debates também se referem à noção de patrimônio cultural, de apropriação e pertencimento. Chagas e Pereira (2019) citam que “a produção incessante de memória torna um museu vivo, na medida em que o seu alvo não é o passado em si mesmo. Tudo que produz memórias coletivas interessa aos museus” (p. 7). Nesse sentido, a vacinação contra a Covid-19 no Museu da República foi um mecanismo de produção de memórias coletivas e fará parte das narrativas que continuam sendo construídas na história do Palácio do Catete. A etnografia da vacinação contra a Covid-19 irá, sem dúvida, compor essas narrativas, através dos dados coletados para esta pesquisa. Trabalhos significativos, além do proposto pelo diretor Mario Chagas e pela professora Simone Vassallo, nasceram com os materiais coletados no campo do Museu da República.

REFERÊNCIAS

- CHAGAS, Mario. **Revista do Professor**, Museu da República, n. 6, p. 18, 2017.
- _____; PEREIRA, Marcelo de Souza. **República em documentos**: coleção de alegorias. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. (Série Documentos Museológicos, n. 5).
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FREITAS, Normanda. **Revista do Professor**, Museu da República, n. 1, p. 5, 2009.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart. **El patrimonio histórico y arqueológico**: valor y uso. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, 2010.





Márcia Mattos (primeira à esquerda), junto com agentes de saúde do posto Manoel José Ferreira, na porta de entrada do Palácio do Catete: em defesa do SUS, da vacina e das medidas de prevenção à Covid - 19

Entrevista com Marcia Mattos ³¹

Endia Brito dos Santos de Souza

Luan Lioneza de Lima

Lucas Ferreira Paschoal Costa

Monica de Souza Costa Soares

Raíne Ellen do Rosário Ribeiro

MARCIA – Meu nome é Marcia Pereira de Mattos, eu coordeno este posto de vacinação, que é parte do CMS³² Manoel José Ferreira, que fica aqui próximo, na rua Silveira Martins.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – A gente queria saber como tem sido a relação de vocês, os profissionais da saúde, com o museu, com a casa.

MARCIA – Desde o início nossa relação foi muito boa e, à medida que o tempo foi avançando, só melhorou. Assim, todos os profissionais acabaram ajudando na campanha, sejam os guardas, as meninas da limpeza, eles estão sempre dispostos a participar, se interessam pela organização, por qual vacina está sendo aplicada, pela condução dos usuários dentro do museu, pela organização da fila, pela chamada da própria vacina, na parte interna. Então, assim, nossa

31 Realizada em 23 de julho de 2021, no Museu da República, por estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) que integraram a equipe do projeto “Etnografia da vacinação no Museu da República”.

32 Centro de Saúde Municipal.

relação é muito boa, a gente trabalha junto com eles e eles trabalham junto com a gente, então a gente já virou uma equipe única, tanto o pessoal do museu quanto o pessoal do CMS.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – Como é que tem sido a recepção dos que chegam para se vacinar, estão tendo algum problema? Há muitas dúvidas?

MARCIA – Bom, a recepção começa com a entrada desses usuários. A partir da entrada, lá de fora, eles chegam cedo, no início da vacinação, e a gente abre os portões e separa as filas, organiza de acordo com o imunizante que vai ser aplicado entre primeira e segunda dose e recepciona eles aqui dentro seguindo essa lógica – de um lado, um imunizante para a primeira dose, do outro lado, o imunizante da segunda dose. E acho que a gente está conseguindo imprimir uma organização considerável assim, né, bem razoável dentro do que a gente pode, para evitar erros, para evitar problemas e também para dar mais agilidade, para o usuário ficar menos tempo aqui. Com relação aos problemas, a gente tem muitas escolhas de vacina, a gente tem usuário que quer antecipar a vacina, a gente tem usuário que tem dúvida se aquela vacina pode ser aplicada considerando o problema dele, né? E a gente tem outras questões, né? Tem usuário que se queixa de que não foi vacinado, por exemplo. Acho que essas são as principais dificuldades que a gente tem.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – Tem muita gente querendo furar fila? Têm ocorrido aqui muitas xepas? Tem muita gente querendo antecipar a dose?

MARCIA – A gente já teve, assim, um pouco mais de gente querendo furar fila,

mas poucas pessoas. O que a gente viu é que isso era mais quando quando estava aberto para outros grupos não prioritários; por idade, essa é uma situação muito eventual. Às vezes, a pessoa justifica: “Ah vou fazer [anos] daqui a pouco”. Mas tem um problema, tem alguma coisa que não é exatamente uma questão de furar fila, mas é uma questão de organizar dentro do que a pessoa também tem de vida lá fora, então eu acho que, no primeiro momento, sim, as pessoas tentaram, mas aí, à medida que elas foram vendo que a gente tinha uma organização, que a gente seguiu um critério, isso foi diluindo. Eu acho que hoje já não acontece assim. Com relação à xepa, todo dia a gente tem uma busca intensa por gente procurando xepa. E aí, sim, eu acho que essa aqui é a pessoa que está buscando um pouco fugir da fila, furar a fila, mas, à medida que divulgamos o calendário, isso também se reduz. Ainda tem, sim, mas o calendário já está divulgado para até 18 anos, então isso já se reduziu consideravelmente. A gente costuma não deixar sobra de vacina, a gente trabalha dentro de uma perspectiva de abrir o frasco de acordo com o número de pessoas que a gente tem. Nem sempre a gente consegue isso, mas a gente trabalha com a perspectiva de não fazer fila aqui na unidade, no museu. Então, o que sobra, quando a gente não consegue ter esse controle, ou a gente já puxa algum grupo que está aqui, ou a gente leva para a unidade e gasta com o público que está lá. Eventualmente isso acontece, mas essa fila de xepa, a gente não permite formar aqui, porque é uma fila que caracteriza que a gente não está trabalhando de maneira adequada, para sobrar vacina. E a gente não trabalha com essa perspectiva, a gente trabalha com a perspectiva de não ter sobra. Se ela sobra, é uma situação muito eventual. E aí a gente dá outro outro caminho, que é a utilização na unidade.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – Você comentou da relação dos profissionais da saúde

com os profissionais do museu. Eu queria entender mais como tem sido para vocês em questão de segurança, para estar aplicando aqui no espaço, se foi tudo ok desde o começo.

MARCIA – O pessoal do museu nos ajuda na organização, puxando fila, dando alguma orientação. A gente não se sentiu inseguro de aplicar vacina. A gente já está acostumado com esse movimento, a gente já está acostumado a vacinar na rua, sem nenhum tipo de segurança, a gente já tem essa *expertise* de vacinação e já conhece um pouco dos problemas que advêm disso, então a gente aqui, obviamente, tem mais segurança do que a gente tem normalmente. Os guardas nos ajudaram muito quando a gente teve algum usuário mais alterado, quando a gente enfrentou alguma situação mais difícil. Eles foram muito, muito parceiros da gente em todo esse processo. Então, sim, a gente está se sentindo mais seguro na vacinação. Com relação a se a vacina foi aplicada ou não, se a gente teve algum algum questionamento da técnica de aplicação, aí é uma questão muito própria da saúde, que não tem muito espaço para eles atuarem, então fica uma questão mais particular nossa.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – Eu queria entender também como é que foi a preparação da campanha, se foi a pedido do museu, como foi que se deu.

MARCIA – Nós começamos a vacinação no dia 20 de janeiro, que foi o primeiro dia de vacinação que tivemos. Essa vacinação foi na unidade, somente para os profissionais de saúde da própria unidade, e, após a vacinação dos profissionais, a gente saiu para vacinar os asilos, abrigos, casas institucionalizadas e fechadas. Então esse foi o primeiro dia de vacinação. No próximo dia de vacinação, a

gente abriu para os profissionais de saúde em geral, seguindo uma faixa etária proposta pela prefeitura, e a unidade ficou muito lotada, muito cheia. A gente tem os atendimentos regulares da unidade e a gente tinha esse público, que foi muito grande, uma procura intensa para vacinação, e a gente já viu naquele momento que não tinha capacidade de atender, dentro da unidade, o público que viria para essa campanha. E a coordenação, e todo mundo, foi pensando nisso, a gente começou a pensar enquanto coordenação, unidade, todo mundo, como a gente poderia resolver esse problema, procurando áreas externas... Então, para cada unidade, a gente pensou em locais possíveis, e começou a procurar esses locais, pedindo para que a gente conseguisse utilizar o espaço para a vacinação. E aí, através de uma pessoa da coordenação que conhecia o Mario [Chagas], que é o diretor do museu, a gente fez esse primeiro contato, e aí nós fizemos uma reunião, colocamos como seria o nosso trabalho, como a gente utilizaria o espaço do museu, porque a justificativa era que a unidade não conseguia comportar aquele volume de gente. E aí foi firmada essa parceria, e aí a gente começou a vacinar no museu em fevereiro, no dia 25 de fevereiro.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – Para fechar, muita gente tem falado de falta de vacina. Eu queria saber se, em algum momento, chegou a faltar algum tipo de vacina e se foi preciso interromper a campanha.

MARCIA – A gente teve, mais para o começo, essa falta em algum dia da campanha, a gente teve mais para o começo, a gente ficou muito dependente da chegada de vacinas. A produção interna ainda não tinha alavancado, então a gente dependia mais de chegada de vacina. Não chegou a faltar, mas a gente reduziu bastante o calendário para poder continuar vacinando. O calendário

avança mais rápido quando tem mais vacina, ou anda mais devagar quando tem menos. Por exemplo, a gente teve uma idade por dia. Isso vai acontecer agora, em agosto. Quando tem menos vacina, a mesma idade fica dois, três dias, entendeu? Assim, não interrompe a campanha. Mas você desacelera a campanha colocando o mesmo público por mais tempo e, quando tem mais vacina, você puxa mais público, para atender mais rápido.

EQUIPE DE ENTREVISTADORES – É isso. Muito obrigado.



Depoimento de Maria Helena Carneiro de Carvalho, coordenadora de Saúde da Zona Sul¹

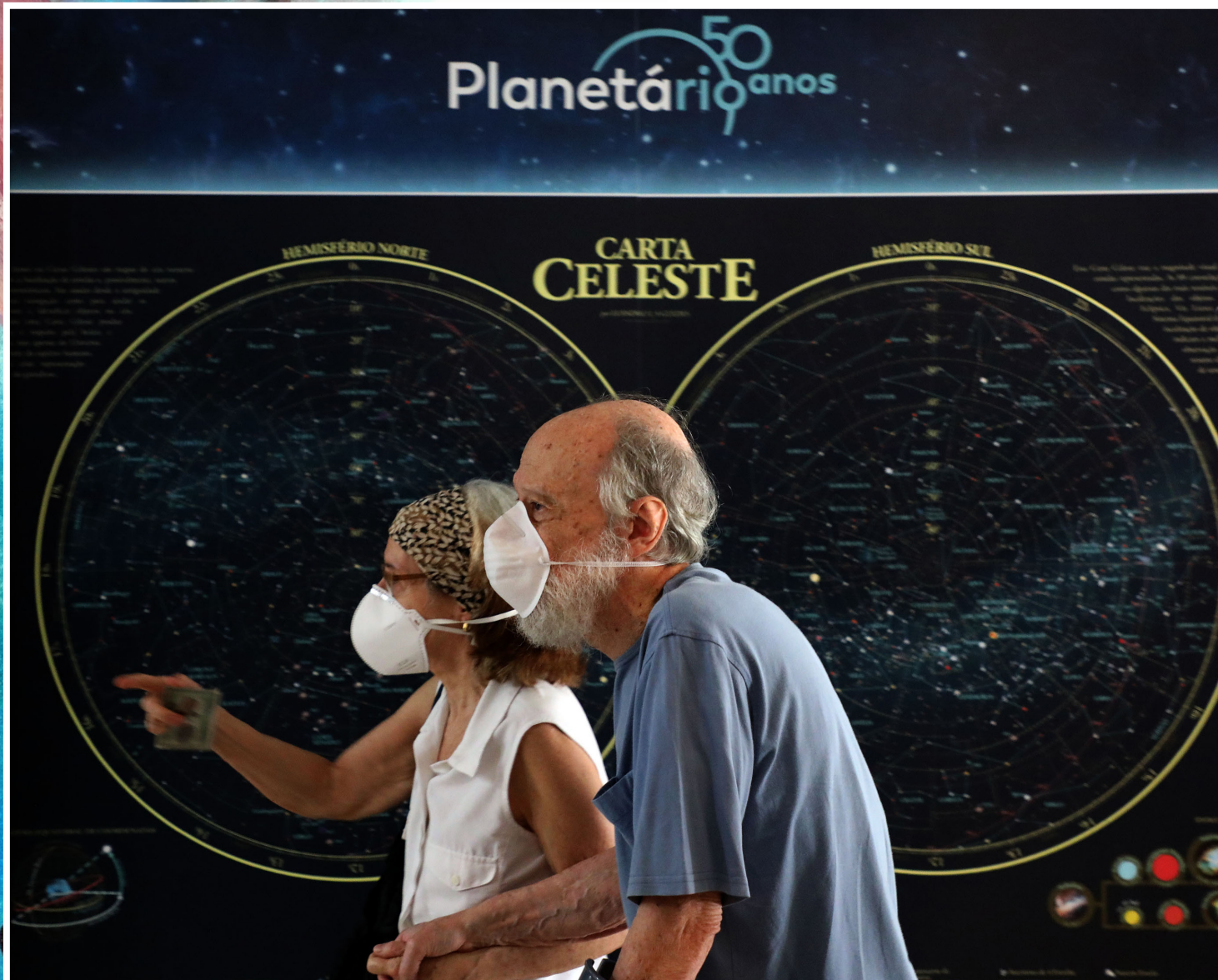
Fico feliz em poder participar deste livro com vocês por meio deste breve depoimento. A oportunidade de fazer a vacinação dentro do Museu da República, no Palácio do Catete e no Jardim Histórico foi, no meu entender, uma grande vitória. Porque o Museu da República representa nossa pátria, representa o nosso país, e o Sistema Único de Saúde (SUS) é isso, o SUS é universal. Trazer o SUS para as dependências do Museu da República foi uma grande oportunidade de trazer a população, trazer o nosso povo, para vacinar nessas dependências tão lindas, tão luxuosas, e com muito cuidado, com muito cuidado, tivemos que ter muito cuidado. E, assim, foi uma grande oportunidade essa que o Museu da República nos deu, com suas portas abertas à população. Na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro tivemos três unidades de vacinação, a Unidade do Museu da República foi a que mais vacinou. Um lugar prazeroso, um lugar de fácil acesso. Pessoas vindas de lugares muito distintos conseguiam chegar com facilidade. Muita gente que não era moradora da área foi se vacinar no museu, porque tem um fácil acesso, no sentido da malha viária do Catete. Também chamou a atenção o fato de que muitas pessoas que vieram para vacinar nunca tinham entrado no museu e ficaram surpresas com a beleza das dependências, assim como o jardim. Então, é com muito orgulho que falo do trabalho de vacinação no Museu da República e aproveito para agradecer ao diretor do museu e a sua equipe por trabalhar junto conosco e nos permitir fazer com que o SUS de fato cumpra o seu papel, e cumpriu o seu papel nesse museu, que é a representação grande, é o nosso país.

1 Texto transcrito por Luís Henrique Neves de Souza Porto.



Na foto acima, o Museu da República preparado para mais um dia de vacinação. Na página ao lado, a fila de espera para receber a vacina.





Vacinação no Planetário.
Foto: Fabio Mota

Duas doses de ciência

Gledson Machado

Leandro Guedes

É interessante passar pela vida observando os momentos históricos que atravessamos. Alguns são bons, outros não são, outros são neutros. Mas perceber que estamos vivendo algo que estará registrado nos livros de história que contarão o caminhar da humanidade no futuro é algo bastante interessante. Sem dúvida, esse foi o caso da pandemia de Covid-19, que teve seu início entre 2019 e 2020. Todos os que passamos por ela compartilhamos as angústias do momento, o aflorar da cooperação mútua no cuidado com crianças e idosos e a incerteza quanto ao futuro. Foi a esperança na ciência a chama que acendemos para superarmos o momento.

Quando se iniciou a campanha de vacinação na cidade do Rio de Janeiro, verificou-se que os postos de saúde e demais equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde (SME) não seriam suficientes para dar conta da imunização na escala e no tempo necessários. O país contabilizava um total de 209.868 óbitos e 8.483.105 casos de Covid-19 até o dia em que a primeira pessoa foi vacinada em São Paulo.² Era uma corrida contra o tempo.

² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/17/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-17-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.gh.html>.

Foi nesse contexto, após a reunião de secretariado conduzida pelo prefeito Eduardo Paes, no sábado 6 de fevereiro de 2021, que o então secretário de Saúde Daniel Soranz, em conversa com o presidente da Fundação Planetário Gledson Vinícius, levantou a possibilidade de fazer do Planetário, localizado na Gávea, um polo de vacinação.

Da proposta ao início do planejamento para fazer de uma casa de difusão científica uma casa de celebração à ciência, foram necessárias apenas algumas poucas horas. Na tarde do mesmo dia, secretário e presidente se reuniram no Planetário e definiram que a Cúpula Galileu Galilei, que acabara de completar seus 50 anos, seguiria sua missão para com a ciência. Dessa vez, aos entrantes, a cúpula histórica entregaria não o céu, com suas histórias e descobertas, mas esperança, em doses imunizantes tão ansiadas.

O sábado não havia terminado ainda quando equipes da fundação, com astrônomos e colaboradores da manutenção, o pessoal da Secretaria de Saúde, sob a liderança de Rosangela Franco, diretora do Centro Municipal de Saúde Píndaro de Carvalho Rodrigues, e, ainda, equipes da RioLuz e da Comlurb se dividiram em tarefas operacionais para tornar possível o novo polo avançado de vacinação da cidade. Saíram todas as poltronas da cúpula; com o auxílio da RioLuz, a iluminação especial foi instalada, o mobiliário necessário foi disponibilizado e o planejamento da recepção ao público começou a ser pensado. Foi um final de semana intenso de trabalho e dedicação daqueles que sabiam que todos os esforços eram necessários para combater aquele inimigo invisível.

Assim, na manhã de 8 de fevereiro de 2021, a senhora Anna Margarida, com 89 anos, aguardou a abertura das portas na varanda do Planetário. Passou pelo projetor de estrelas Space Master, que esteve em operação entre 1970 e 2010, quando foi substituído por um planetário digital. Sob seus pés, um adesivo

com as constelações do Zodíaco lembrava como o homem iniciou sua busca por conhecimento associando mitos aos céus. À sua direita, ela viu uma carta celeste com todas as 88 constelações e o mapeamento de galáxias e nebulosas, mostrando como a ciência evoluiu desde a Antiguidade até o que temos hoje. Anna fez toda a preleção necessária com os escribas, efetivou seu registro com a marca da vacina e entrou na Cúpula Galileu Galilei. Sentou-se em uma cadeira ao centro da cúpula, entregou seus documentos. Ao seu lado, uma enfermeira se aproximou sorrindo com a seringa e aplicou a vacina número 1. Sob aplausos, feliz e sorrindo sob a máscara, Anna se levantou e recebeu da enfermeira seu cartão de vacinação, com o registro da primeira vacina aplicada no Planetário e a primeira vacina contra Covid-19 aplicada no circuito complementar de vacinação, que incluiria museus, centros de ciência, unidades do Corpo de Bombeiros, igrejas e quadras de escolas de samba, entre outros locais na cidade do Rio de Janeiro.³

O Planetário do Rio tornar-se um local fora do circuito da rede tradicional de saúde a receber a vacinação teve um significado muito importante para aquele momento. A ciência tinha vencido a primeira frente de batalha, que foi a criação da vacina, atingida em tempo recorde, mas havia ainda um segundo *front*, inacreditavelmente mais árduo: a divulgação científica. Passávamos por um momento que relembra em alguma medida o enfrentado por Oswaldo Cruz no ano de 1904,⁴ em que era necessário convencer a população da importância das vacinas. No nosso caso, inclusive forças do governo federal se manifestavam constantemente contra a aquisição e a eficácia do produto.

3 Essa vacina está registrada no Instagram do Planetário, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLB7shCpU4p/>.

4 Quando houve toda uma resistência à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, que culminou com um motim popular conhecido como a Revolta da Vacina.

Promoção do reencontro

Sabiam agora que, se há qualquer coisa que se pode desejar sempre e obter algumas vezes, essa qualquer coisa é a ternura humana.

(Albert Camus, *A peste*)

“Por uma razão especial, voltei ao Planetário da Gávea, no Rio de Janeiro, que criei quando ocupei o cargo de secretário de estado de Ciência e Tecnologia da Guanabara, no governo Negrão de Lima”. Essas foram as palavras iniciais de Arnaldo Niskier, em seu artigo no jornal *O Globo* intitulado *Minha volta ao Planetário*,⁵ no dia 26 de fevereiro de 2021. O fundador do maior planetário da América Latina continuou:

Aos 85 anos de idade, fui levado àquele espaço sagrado para me vacinar contra o assustador coronavírus. Foi uma festa quando as diligentes enfermeiras foram informadas de que eu tinha sido o criador daquela obra. Elas estavam contentes como se fosse a inauguração do importante espaço cultural.

A primeira dose de imunização contra Covid-19, após 12 meses de isolamento social, era a certeza de que a ciência venceria. A esperança surgia de muitas formas. Muitos eram os sentimentos a cada agulhada, a cada lágrima. O Planetário foi o primeiro local público a ser visitado por milhares de cariocas após o período de quarentena e foi se tornando um território afetivo para os visitantes, que, em sua maioria, já tinham alguma conexão ou alguma história com

⁵ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaopost/minha-volta-ao-planetario.html>.

aquele espaço.

Entre os visitantes ilustres que nos ajudaram a promover o encontro entre as pessoas e a vacina através da divulgação de sua própria vacinação, destacamos Gabeira, Chico Buarque, Susana Vieira, Renata Sorrah, Angélica Huck, Maitê Proença, Edson Celulari, Cissa Guimarães, Miguel Falabella, Caetano Veloso e inúmeras outras celebridades que amplificaram a visibilidade do Planetário durante esse processo e deram credibilidade ao trabalho desempenhado pela Secretaria de Saúde e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse período, segundo levantamento interno do setor de comunicação da própria fundação, a exposição do Planetário do Rio nas mídias cresceu mais de 3.500%. Houve uma procura maciça pela vacina nas dependências do Planetário. O preocupante cenário de lotação do espaço ainda em tempo de distanciamento social, a falta de braços em quantidade adequada, a constante interrupção da vacinação por conta da quantidade insuficiente de doses, tudo isso fez com que os astrônomos propusessem o primeiro circuito de visitação gratuito pelo Museu do Universo para o público que buscava a imunização.

A ideia era gerar uma experiência no Museu do Universo para todos que viessem ao Planetário se vacinar. Tínhamos o conforto do ar condicionado, as dimensões adequadas e conteúdo de relevância para diminuir a ansiedade das pessoas na fila. O responsável pela Diretoria de Astronomia e Cultura da fundação – Leandro L. S. Guedes – e seu time de astrônomos prepararam então uma trilha de visitação especial. Com a ajuda de muitos separadores de fila, foi criado um caminho “obrigatório” para que os astrônomos pudessem apresentar elementos importantes do museu aos seus visitantes. Durante a jornada, todos passavam pela Nave Escola, pela Meridiana e podiam acessar os vários experimentos interativos que compõem a exposição permanente da casa.

No repertório de perguntas que os astrônomos estavam acostumados a responder, vieram muitas outras no processo de interação com o público nesse circuito. No lugar de dizerem que Canopus é a estrela mais brilhante da constelação de Carina e a segunda estrela mais brilhante no céu noturno, ou que Aldebaran é a estrela que marca o olhinho da constelação de Touro e a estrela mais brilhante dessa constelação, os astrônomos organizaram as filas e direcionaram para os responsáveis pela Secretaria de Saúde aquelas perguntas sobre saúde que não tinham qualificação para responder. Para os *sommeliers* de vacina – nome pejorativo que se difundiu popularmente para quem queria ficar escolhendo vacina em um contexto de escassez –, a equipe da linha de frente tinha sempre uma resposta: vacina boa é vacina no braço.

Nesse período, o Planetário atendia em média 1.500 pessoas por dia. Era o reencontro das pessoas com o espaço público, após o período de intermitentes quarentenas, era o reencontro dos astrônomos com as perguntas, e ali se dava o reencontro dos cariocas com a esperança, intermediado pela ciência, na casa dela.

O Planetário no olho do furacão

Como primeiro ponto de vacinação da cidade fora da rede de saúde, em um cenário de escassez de vacinas,⁶ o Planetário foi atravessado por inúmeras contingências. Uma das mais importantes foi saber o que fazer e como se posicionar com relação a todos os funcionários que estavam de algum modo no *front* dessa guerra contra um inimigo invisível, como tratar de forma humana todas as pessoas que trabalhavam na fundação e foram, do dia para a noite, expostas

6 <https://oglobo.globo.com/rio/vacinacao-no-rio-suspensa-em-82-unidades-por-falta-de-doses-zerou-estoque-diz-secretario-24918114>.

à linha de frente da imunização.

Diante dessa demanda imperiosa, no dia 11 de março – 32 dias após o início da vacinação nas dependências do Planetário – o presidente da Fundação, Gledson Vinícius da S. Machado, direcionado pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19,⁷ que elabora diretriz e hierarquiza os grupos prioritários, encaminha o Ofício nº 73 para o secretário de Saúde, Daniel Soranz, buscando demonstrar as novas atribuições da equipe do Planetários e a necessidade de seus membros serem considerados trabalhadores da saúde nesse contexto urgente, solicitando, por meio desse mesmo ofício, imunização para os membros da equipe que estavam diretamente ligados ao processo de vacinação.

Entre os profissionais participantes da linha de frente da operação de vacinação estavam três astrônomos, sete seguranças, oito funcionários da limpeza, dois colaboradores administrativos e três assistentes de operação. O orgulho daqueles dias se percebe na fala dos que deram seu melhor durante esse

7 Disponível em: <https://sbim.org.br/images/files/notas-tecnicas/1-edicao-plano-operacionalizacao-vacinacao-covid19.pdf>.

8 Segundo o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, “trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatórios, laboratórios e outros locais, [...] compreende tanto os profissionais da saúde – como médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, biólogos, biomédicos, farmacêuticos, odontologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, serviços sociais, profissionais de educação física, médicos veterinários e seus respectivos técnicos e auxiliares – quanto os trabalhadores de apoio, como recepcionistas, seguranças, pessoal da limpeza, cozinheiros e auxiliares, motoristas de ambulâncias e outros, ou seja, aqueles que trabalham nos serviços de saúde, mas que não estão prestando serviços direto de assistência à saúde das pessoas. Incluem-se, ainda, aqueles profissionais que atuam em cuidados domiciliares, como os cuidadores de idosos, e doulas/parteiras, bem como funcionários do sistema funerário que tenham contato com cadáveres potencialmente contaminados” (disponível em: <https://sbim.org.br/images/files/notas-tecnicas/1-edicao-plano-operacionalizacao-vacinacao-covid19.pdf>).

período, como o astrônomo Wailã de Souza Cruz:

Quando começou a pandemia e a quarentena, minha maior preocupação era, sendo servidor público, como poderia ajudar a sociedade a superar aquele momento. Então, no ano seguinte, quando nos perguntaram se poderíamos ajudar na vacinação, respondi: “com muito orgulho!”. E assim começou a verdadeira Odisseia do Planetário! Ajudamos no que podíamos. Chegamos a ter que organizar filas com mais de 3 mil pessoas! Ficamos um ano em companhia dos grandes profissionais do Centro Municipal de Saúde Píndaro. Aprendemos a admirá-los e também fomos admirados. Ajudamos a sociedade carioca adar a volta por cima, sacudir a poeira, levantar e superar o mal, enfim, a salvar vidas. Isso não tem preço! Levarei isso para o resto da minha vida!

Conexão ciência e sociedade

A divulgação científica é uma ação cujos frutos vão muito além da transmissão de conhecimento traduzido do meio científico a toda a população. Ela ensina a pensar, discutir de forma equilibrada, considerar ideias e compreender o valor da ciência para a humanidade. Durante todo o período daquelas primeiras campanhas de vacinação contra Covid-19, uma outra função da divulgação científica saltou aos nossos olhos: salvar vidas.

De nada valeriam as vacinas, se uma grande parcela da população resistisse à ideia de se vacinar, em uma triste memória do já citado ano de 1904. Além de combater as dúvidas sobre a forma da Terra, naquele momento emergiu a urgente necessidade de informar a população sobre as vacinas. O Planetário foi enfático nisso, tendo os astrônomos como porta-vozes da ciência, ainda que em uma área que fugisse à *expertise* da casa.

Por toda a sua trajetória de divulgação científica na cidade do Rio de Janeiro, o Planetário criou naquele ano a comenda Planeta.Rio, que tem o objetivo de prestar reconhecimento a pessoas que tenham tido uma atuação significativa na conexão entre ciência e sociedade. E naquele ano, o primeiro da comenda, certamente o reconhecimento teria que ser a alguém que teve atuação no contexto da vacinação, e a homenageada foi a Dra. Margareth Dalcolmo.

Continuidade e evolução

É importante lembrar que nessa trajetória foram aplicadas sob a Cúpula Galileu Galilei 231.631 doses de vacina durante o período compreendido entre o dia 8 de fevereiro de 2021 e 30 de maio de 2022. Toda campanha de vacinação nos lembra que a divulgação científica e a conexão entre ciência e sociedade estão sempre permeadas de evolução, seja de tecnologia, seja do pensamento. Os espaços e grupos dedicados a essa atividade também devem evoluir. É preciso perceber os museus como organismos vivos, pulsantes, agentes de transformação de seu tempo, erigidos não apenas na força das evidências científicas, mas na cultura estabelecida pelos seus colaboradores. São essas crenças e valores que validam e fortalecem o pressuposto da existência dessas casas de conhecimento. A experiência com a campanha de vacinação contra Covid-19 aproximou o Planetário da definição de museu publicada a partir da 26ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (Icom):

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sus-

tentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento.

Que nos frutos desse momento estejam um maior senso de coexistência e interdependência entre as pessoas, a noção de que crises podem ser superadas e, principalmente, a certeza de que a ciência continua tendo seu papel fundamental dentre as formas de conhecimento que compõem o patrimônio intelectual da humanidade.





Quem fez esta publicação

Cairo Prado é graduando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente atua na condição de bolsista Proppi como tradutor, revisor e assessor (português/ingles) do Centro Integrado de Tradução e Escrita (CITE/UFF). Também é revisor voluntário da revista estudantil CINEstesia (CineGRI/NUPRI - USP).

Estefan Radovicz é repórter fotográfico.

Gledson V. da S. Machado é Publicitário e Presidente da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro.

Henrique Milen é jornalista e diagramador, mestre em práticas tipográficas contemporâneas pela Universidade de Lisboa. É servidor do Ibram desde 2010.

Júlia Palucci é graduanda em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e integra o projeto de pesquisa “Entre as leis, as práticas e as moralidades: abordagens etnográficas sobre formas de administração institucional de conflitos no Estado do Rio de Janeiro”, inserido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Direito e das Moralidades.

Leandro L. S. Guedes é Astrônomo e Diretor de Astronomia e Cultura da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro.

Mariana Freitas é graduanda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem formação em Psicologia e é artista visual, pesquisadora e experimentadora do mundo que é o barro.

Mario Chagas é poeta, museólogo e doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É professor do Departamento de Estudos Museológicos.

cos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Atualmente é Diretor do Museu da República (MR/IBRAM) e um dos articuladores da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

Monica de Souza Costa Soares é bacharel em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é graduanda de Antropologia na Universidade Federal Fluminense. É também estudante da Língua Brasileira de Sinais, no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PROLEM), na Universidade Federal Fluminense.

Oscar Liberal, arquiteto, trabalha como fotógrafo no Iphan.

Renata de Sá Gonçalves é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem doutorado em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É coordenadora do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (2021/2022). Desenvolve pesquisas na área de antropologia dos patrimônios culturais, artes e antropologia urbana.

Simone Vassallo é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem doutorado em antropologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Foi coordenadora do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (2019/2020). Atualmente coordena o curso de bacharelado de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisas na área de antropologia dos patrimônios e antropologia urbana.

Valentina Silveira Netto é graduanda de Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi bolsista da Oficina de Transformação de Materiais da Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage (2019). É artista visual com foco na construção de narrativas artístico-etnográficas. Faz parte da comunidade Bascuadé N'inchalá - Montevideo.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Museu da República

Cuidando da vida: relatos da vacinação contra a covid-19 no Museu da República
[recurso eletrônico] / organização Mario Chagas, Renata Gonçalves, Simone
Vassallo. – Rio de Janeiro : Museu da República, 2022.
Dados eletrônicos (1 arquivo : 8,5mb : il.) – (Documentos Museológicos ; 6).

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: <<http://museudarepublica.museus.gov.br>>

Título da página da Web (acesso em 16 novembro 2022).

1. Museus. 2. Museologia Social. 3. Vacinação. 4. Pandemia. 5. COVID-19.

I. Museu da República. II. Chagas, Mario de Souza. III. Gonçalves, Renata. IV. Vassallo, Simone. V. Série

CDD 069

Museu da República

Rua do Catete, 153 – Catete

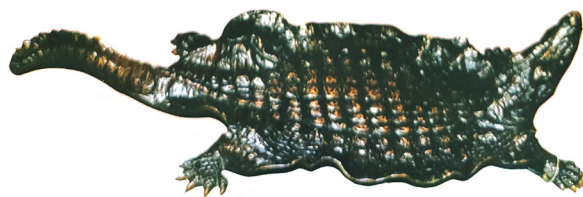
CEP 22220- 000 – Rio de Janeiro, RJ

Tel: (21) 3470-7692 (geral)

museudarepublica.museus.gov.br

Nas

minúcias





Este livro foi composto em novembro de 2022, no âmbito das comemorações dos 30 anos da Eco-92, dos 50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile e dos 100 anos da Semana de Arte Moderna.

Em sua diagramação foi utilizada a fonte Gentium Book Basic, no programa Adobe InDesign.

